



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 444/XVI/1.^a.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [26/XVI/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 31.º e 68.º e

propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [João Paulo Correia](#) (PS), [Rui Cristina](#) (CH), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Ricardo Araújo](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Mário Amorim](#)

Lopes (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Raul Melo e Carlos Barbosa (CH), Eva Brás Pinho (PSD), Paulo Núncio (CDS-PP) e Eduardo Teixeira (CH).

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado do PSD.

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) anunciou a presença de várias escolas, nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Deu-se conta de uma Deputada do PSD e de duas Deputadas do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Proseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVII/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025 (artigos 45.º e 69.º a 126.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares e dos Secretários de Estado da Segurança Social (Jorge Campino), dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte) e Adjunto e da Educação (Alexandre Homem Cristo), os Deputados Alfredo Maia (PCP), José

Moura Soeiro (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Isaura Morais (PSD), Joana Cordeiro (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Pereira e Carla Barros (PSD), Filipe Melo (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), Mariana Leitão (IL), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Pedro Pinto (CH), Miguel Cabrita (PS), Hugo Carneiro e Gonçalo Valente (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Bernardo Pessanha (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Felicidade Vital (CH), Miguel Guimarães e Isabel Fernandes (PSD), Marisa Matias (BE), António Pinto Pereira (CH), Alberto Fonseca (PSD), Filipa Pinto (L), Isabel Ferreira (PS), Inês Barroso (PSD), Maria Begonha e Francisco César (PS), Pedro Coelho (PSD), Sofia Canha (PS), Paulo Moniz (PSD), Joana Mortágua (BE), Nuno Gabriel (CH), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), António Filipe (PCP), Rui Tavares (L) e Nuno Fazenda (PS).

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 14 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias.

Pausa.

O primeiro ponto da ordem do dia de hoje consiste na discussão de artigos remetidos ao Plenário e normas avocadas.

Antes disso, porém, peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira que leia o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, o Projeto de Resolução n.º 444/XVI/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que defenda as liberdades política e religiosa e os direitos humanos no Tibete, rejeitando a interferência da República Popular da China na reencarnação do Dalai Lama.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos dar início à ordem do dia, com a apreciação da proposta 239-C, do BE, de aditamento de um artigo 4.º-A — Afetação do património imobiliário público à habitação pública, ao alojamento estudantil e aos serviços sociais.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda avoca esta proposta por uma razão muito simples. Perguntámos ao Governo que imóveis pretendia vender, para registar no Orçamento do Estado 900 milhões de receita de venda de imóveis, e o Governo enviou-nos uma lista desses imóveis.

Essa lista de imóveis que o Governo enviou contraria tudo aquilo que foi garantido e prometido pelo Governo através do Ministro das Finanças e do Ministro das Infraestruturas, quando disseram que não seriam alienados imóveis com aptidão habitacional.

Nessa lista de imóveis que nos foi entregue, todos eles em Lisboa, onde se sente uma grave crise de habitação, estão imóveis na Avenida Duque d'Ávila, com aptidão habitacional; estão imóveis, também em Lisboa, na Praça Duque de Saldanha, também com aptidão habitacional; estão imóveis em Lisboa, na Rua de São Julião, com aptidão habitacional; estão imóveis em Lisboa, na Rua Filipe Folque, com aptidão habitacional; estão imóveis em Lisboa, na Praça de Londres, com aptidão habitacional; estão imóveis em Lisboa, na Rua Gomes Teixeira, com aptidão habitacional.

A oradora exibiu fotos ilustrativas de cada situação que mencionou.

Protestos de Deputados do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, pedia o favor de deixarem que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua possa falar. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o Governo tem de responder. O Governo tem de dizer porque é que vai vender imóveis que podem ser casas, podem ser residências estudantis, podem servir propósitos culturais, históricos, sociais e, em vez disso, vão ser alienados pelo Governo para poderem ser mais um hotel, mais um condomínio de luxo, mais um alojamento local.

Lisboa e Portugal precisam de habitação, não precisam de mais especulação e de mais turismo desenfreado, e é por isso que avocamos a proposta que impede a alienação deste património e obriga à sua utilização para habitação ou para fins sociais.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra agora o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, bom dia.

Enquanto intervinha a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, ouvia-se aqui das bancadas à direita que estes edifícios já estavam assim há oito anos. E eu quero concordar: já estavam assim há oito anos e alguns há muito mais do que oito anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Concordamos todos, acho eu, que não deveriam estar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É como o edifício da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É esse o ponto; é esse o argumento: não achar banal, não achar normal que edifícios que deveriam ter uso público e social estejam abandonados ou sejam alienados para habitação de luxo. Acho que já temos suficientemente dessa.

E quem estava na oposição no mandato passado está à vontade para dizer que apresentou — no caso do Livre, apresentámos, e outros partidos apresentaram também — projetos de resolução precisamente para que o Governo, na altura do PS, não só fizesse a listagem desses edifícios, mas fizesse também a listagem das transformações de uso a que esses edifícios poderiam ser sujeitos.

Portanto, quero com esta intervenção juntar a minha voz à da oradora precedente e pedir ao Governo que nos forneça os dados para a transformação dos usos desses edifícios, não só dos que têm capacidade habitacional como edifícios — e mencionámos, há pouco tempo, os da Praça do Comércio, que têm capacidade de uso cultural e que também não devem ser cedidos, sem mais, porque têm valor patrimonial —, e que, se a direita concorda que assim não deveria ser, nos acompanhe a exigir que a transformação de uso desses edifícios seja efetivamente feita.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos à discussão da proposta 1946-C, do PS, de aditamento de um artigo 26.º-A — Regime de exclusividade de adesão voluntária do Serviço Nacional de Saúde e medidas de fixação dos profissionais de saúde.

Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde (SNS) é um dos maiores problemas, se não o maior problema, que afeta o SNS.

Faz agora um ano que foi criada a dedicação plena, uma primeira grande resposta para a fixação e a captação de médicos no Serviço Nacional de Saúde.

Os dados, ao fim do primeiro ano de dedicação plena, são dados positivos: cerca de metade — repito, cerca de metade — dos 21 000 médicos especialistas do SNS aderiu à dedicação plena. Mas não podemos ficar por aqui, e foi neste sentido que o Partido Socialista apresentou uma proposta, neste Orçamento do Estado, para a criação da dedicação exclusiva de adesão voluntária, dirigida aos médicos do Serviço Nacional de Saúde.

Significa que temos a consciência, mas ao mesmo tempo a convicção, de que esta é uma resposta absolutamente necessária para que o SNS tenha mais médicos em todas as especialidades.

E esta proposta foi rejeitada, na passada sexta-feira, pelos votos do PSD, do CDS e do Chega. Estes três partidos uniram-se para chumbar a dedicação exclusiva de adesão voluntária no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a democracia!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados do Chega, do CDS e do PSD, este ano, só metade dos médicos recém-formados — repito, só metade dos médicos recém-formados — é que tem contrato com o Serviço Nacional de Saúde. É um número horrível, o pior dos últimos muitos anos. E só um terço das vagas para medicina geral e familiar foram preenchidas. Repito: só um terço das vagas para médico de família foi preenchido.

Isto diz bem que o Governo se afastou ainda muito mais do objetivo da grande promessa eleitoral de diminuir o número de utentes sem médico de família.

Mas há aqui uma linha que une o Chega, o CDS e o PSD, que é a linha da transferência de recursos do SNS para os privados,...

Aplausos de Deputados do PS.

... e é por essa razão que chumbaram a proposta do Partido Socialista.

Mas, a partir de agora, ficam responsabilizados pela continuidade de falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado João Paulo Correia tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega. Tem a palavra, Sr. Deputado Rui Cristina.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Paulo Correia, o Partido Socialista, como nós sabemos, durante oito anos, degradou o SNS, abandonou os doentes à sua sorte.

Prometeram repetidamente médicos de família para todos os portugueses, não cumpriram. Para as urgências, apresentaram a solução milagrosa dos tais encerramentos «pisca-pisca», que foi seguida pelo Partido Social-Democrata e que não tem sortido efeito, mas, em 1 de janeiro deste ano, como nós sabemos, o PS implementou o regime de dedicação plena.

Agora, poucos meses depois, aparecem com a proposta da dedicação exclusiva, tentando criar confusão e tentando distrair da sua própria incompetência.

É bom lembrar — e isto tem de ser lembrado — que a ex-Ministra Ana Jorge, do PS, em 2009, acabou com a dedicação exclusiva, chamando-a de «uma fraude», e agora o PS quer vender essa ideia como uma solução milagrosa.

Srs. Deputados do Partido Socialista, atraí-se médicos para o SNS com valorização da carreira, com valorização dos salários, com condições para investigação e com melhores locais de trabalho.

Aplausos do CH.

Pergunto-lhe, Sr. Deputado: porque é que o PS não aceitou estas propostas do Chega?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Arrogância!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para a resposta, caso queira responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, quero dizer ao Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que a proposta do Partido Socialista para a criação da dedicação exclusiva de adesão voluntária no SNS, dirigida aos médicos, é precisamente a melhoria das remunerações, a melhoria da carreira e também a gestão dos horários. É tudo isso que acabou de dizer que está na nossa proposta para a criação da dedicação exclusiva de adesão voluntária no SNS.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Exatamente!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, fica aqui o convite ao Chega, mais uma vez, a última oportunidade para votar a favor da proposta do Partido Socialista e não juntar os seus votos ao CDS e ao PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de facto, estou espantado com estas declarações do Sr. Deputado João Paulo Correia.

Vamos ver. Quando ele fala da questão do privado, esquece-se de que, no Orçamento para 2023, cerca de 8 mil milhões de euros foram para pagar ao setor privado serviços que, obviamente, o SNS teve necessidade de contratar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Mas o que é engraçado é que quem propôs a dedicação exclusiva dos médicos, já em 1989, foi exatamente o PSD. Na altura, era Primeiro-Ministro o Prof. Cavaco Silva. E esta dedicação exclusiva, de facto, atraiu muitos médicos para ficarem no Serviço Nacional de Saúde. Foi um sucesso absoluto, até que o Governo Socialista, em 2009, mais concretamente em agosto de 2009, decidiu acabar com a dedicação exclusiva.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E o que é que aconteceu ao PSD em 2011? Leia a proposta!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Era Ministra a Dr.^a Ana Jorge e Secretário de Estado o Dr. Manuel Pizarro. Ou seja, o PS não sabe bem aquilo que quer nem aquilo que está a dizer.

Mais: criou, há menos de um ano, o regime de dedicação plena, que tem atraído alguns médicos, de facto, para o Serviço Nacional de Saúde, em termos de adesão ao regime de dedicação plena, e agora já acha que o regime de dedicação plena não serve e propõe novamente a dedicação exclusiva, com a qual acabou.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não, não!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — A pergunta que deixo ao Sr. Deputado é esta: porque é que acabaram com a dedicação exclusiva, em 2009? Faça o favor de responder a esta Assembleia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado João Paulo Correia quer responder. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, respondendo muito rapidamente ao Sr. Deputado Miguel Guimarães, a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde tem responsáveis e tem rostos, e o Sr. Deputado é um dos rostos da falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Todos nos lembramos de que, durante anos a fio, um Bastonário da Ordem dos Médicos defendeu...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Exatamente!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... que não devia aumentar o *numerus clausus* de alunos de Medicina e não devia haver mais cursos de Medicina em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Membros do Governo aqui presentes, o PAN acompanha esta proposta e esta avocação do PS.

Efetivamente, há muito que defendemos a exclusividade e um regime que, de alguma maneira, permita uma maior atratividade para fixar estes profissionais no Serviço Nacional de Saúde, também numa lógica de medicina preventiva e, acima de tudo, de valorização do médico de família.

Pela mão do PAN, temos agora um Orçamento que traz mais respeito aos profissionais de saúde e com mais capacidade de resposta às necessidades dos utentes, nomeadamente no INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), com o reforço dos 400 profissionais que foi aprovado no primeiro dia de votações.

Temos também a garantia de um esforço que promova dignificação das condições de trabalho dos técnicos auxiliares de saúde, por via da aprovação do código deontológico.

Mas temos de ir mais longe. Precisamos, efetivamente, de garantir que, quer a nível dos enfermeiros, quer dos próprios técnicos superiores de diagnóstico e de medicina complementar, e a par da exclusividade nas diferentes profissões, conseguimos garantir um regime que não esteja a depauperar ou, acima de tudo, que não passe por uma visão, que até aqui o PSD tem prosseguido, de esvaziamento do serviço público essencial que é o SNS e de promoção do privado.

Mas são estranhas as opções a que temos assistido ao longo deste Orçamento. Sabemos que, de facto, em matéria de saúde — e não apenas na saúde humana, mas também na animal —, o PSD prefere dar a mão a outros interesses que não o de preservar o conceito de uma só saúde. Na medicina não é, efetivamente, exceção, mas esperamos que haja um volte-face nesta votação que permita garantir um regime que venha robustecer o SNS, o que há muito o PAN tem defendido.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não se registando pedidos de esclarecimento, passo a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente a esta proposta do Partido Socialista, ela é, de facto, insuficiente e fica muito aquém do que é necessário.

Mas gostaria aqui de recordar, nomeadamente o Partido Socialista, que há exatamente três anos, uma das questões que colocávamos como prioritária era o investimento no Serviço Nacional de Saúde, e um investimento com medidas concretas para fixar profissionais de saúde no SNS.

Adiantámos, nessa altura, uma proposta de dedicação exclusiva, para majorar o salário e majorar a progressão na carreira, que fosse opcional, naturalmente, mas que permitisse, de facto, esta valorização por parte dos profissionais. E qual é que foi a votação por parte do Partido Socialista? Foi contra, assim como também o PSD.

Portanto, há aqui este aspeto que importa estar presente: já poderíamos ter dado passos muito à frente, avanços na resolução dos problemas do Serviço Nacional de Saúde, se, há três anos, a proposta do PCP tivesse sido aprovada.

É fundamental, de facto, assegurar condições para fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde, é esse o compromisso também que o PCP assume e temos propostas concretas, neste Orçamento, nesse sentido.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos agora à proposta 159-C, do Bloco de Esquerda, de aditamento de um artigo 37.º-A — Receitas da RTP.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Araújo, do Partido Social Democrata. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo apresentou um plano de ação para a comunicação social com 30 medidas. A oposição nesta Câmara insiste em focar-se numa delas:...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Só numa!

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — ... o fim da publicidade na RTP (Rádio e Televisão de Portugal). Insiste em estar focada, simplesmente, nesta medida, alarmando o País com a intenção de o Governo querer privatizar a RTP ou querer lançar um programa de despedimentos.

O Governo, pela voz do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, já esclareceu que é tudo precisamente ao contrário: o Governo quer fortalecer, quer modernizar a RTP. É por isso que pela primeira vez, em vários anos, tem uma proposta de capitalização da RTP, no próximo ano, de 14,3 milhões de euros, e é por isso que quer negociar o contrato de concessão de serviço público com a RTP, que está em atraso desde 2015. O Governo quer fortalecer, quer modernizar a RTP.

A redução da publicidade na RTP deve ser vista como uma oportunidade, uma oportunidade para melhorar o serviço público de televisão, uma oportunidade para que o serviço público não esteja dependente da angariação de receitas do setor privado, mas os senhores, curiosamente, o que querem é defender os privados, que querem manter a publicidade na RTP. O que querem é forçar a RTP a continuar dependente da angariação de publicidade para cumprir o serviço público.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora! O grande capital...!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Mas respeitamos que os senhores tenham opiniões diferentes. O que repudiamos é que sobre uma matéria que, objetivamente, não está em discussão no Orçamento do Estado para 2025, que depende da negociação do Governo do contrato de concessão com a RTP, os senhores estejam, no Parlamento, numa coligação negativa das oposições a boicotar o trabalho do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não tenho registado nenhum pedido de esclarecimento. Passo a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se considera que a coligação que se juntou neste Parlamento para salvar o financiamento da RTP é uma coligação negativa, não se esqueça de incluir nessa coligação ex-ministros do PSD...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estão aqui a votar?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... como Poiares Maduro ou Morais Sarmento, Presidentes do Conselho Geral Independente ou do Conselho de Opinião da RTP, como Maria Leonor Beza, e tantas outras personalidades do País.

O problema é que o Governo percebe que está isolado, e está isolado não só na Assembleia da República. Está isolado porque não conseguiu explicar ao País essa brilhante oportunidade que o Sr. Deputado aqui mencionou: a de a RTP perder financiamento, o Governo não garantir compensação para o financiamento que a RTP perde, nem a curto, nem a médio, nem a longo prazo, e isso representar uma grande oportunidade para a RTP — uma oportunidade para despedir trabalhadores, talvez uma oportunidade para ser menos do que é, ou, como dizia o ex-ministro do PSD, uma oportunidade para passar a ser uma RTP a preto e branco.

Ora, o Governo teve uma má opção, como é evidente, uma opção para agradar aos grupos de comunicação social privados, que há muito tempo que disputam a publicidade que é destinada à RTP, e essa é, até hoje, a única explicação para a decisão de retirada da publicidade na RTP.

Não há outra, até hoje. Não há uma única explicação, dada a nós, aos trabalhadores ou aos vários órgãos da RTP, que justifique. Ninguém, até hoje, apresentou uma explicação para a retirada da publicidade da RTP que não seja agradar ao grupo IMPRESA — que o Dr. Balsemão bem agradeceu ao Dr. Luís Montenegro —, agradar aos grupos de comunicação social privados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade, verdade!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E também foi incompetente em explicar que a sua opção representava qualquer oportunidade para a RTP. Não garantiu nenhum financiamento para a RTP.

Portanto, o que o Governo deveria aqui fazer era agradecer à oposição, porque vai manter o financiamento da RTP intocado, o que faz com que o Governo não tenha a obrigação — aliás, já não o queria fazer — de, com o Orçamento do Estado, financiar a RTP.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Se quiser discutir o financiamento da RTP via Orçamento do Estado cá estaremos para o fazer, mas não era isso que o Governo queria fazer. O que o Governo queria fazer era descapitalizar a RTP...

Aplausos do BE.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

... e agora está obrigado a cumprir a decisão do Parlamento, proposta pelo Bloco de Esquerda, de manter o financiamento à RTP.

Portanto, julgo que a obrigação de uma democracia parlamentar, num Governo numa democracia parlamentar, é respeitar o Parlamento, o que neste caso significa respeitar o País.

Aplausos do BE.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que vieram todos ao 25 de Novembro!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não tendo registado nenhum pedido de esclarecimento, passo a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a questão relativamente a esta proposta de alteração é esta: até que ponto faz sentido discutirmos, no âmbito do Orçamento do Estado, uma proposta com uma linha e meia sobre aquilo que é um plano muito alargado de discussão do serviço público de televisão em Portugal.

Até que ponto é que faz sentido, quando estamos a discutir o Orçamento do Estado, a lei de meios para o próximo ano, estarmos a aprovar uma proposta que não diz nada, sequer, sobre o financiamento do Estado ao serviço público de televisão, diz sobre aquilo que deve ser uma opção comercial da própria RTP.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O problema é esse!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E vamos dizê-lo claramente: relativamente ao que está em causa, não é nenhuma excentricidade deste Governo. É algo que foi feito noutros países, por governos de diferentes orientações ideológicas, relativamente aos seus serviços públicos de televisão.

É legítimo concordar ou discordar. O que não me parece legítimo é introduzir no debate do Orçamento do Estado uma proposta de uma linha e meia,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que a única coisa que quer é condicionar um debate que, como os Srs. Deputados diziam, deve ser alargado. Se há tantas opiniões discordantes, venham elas, discutamos, decidamos, mas não condicionemos, no Orçamento do Estado, aquilo que deve ser discutido noutra âmbito.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, fiquei um pouco surpreendido logo com a intervenção inicial do PSD, porque criticou toda a oposição por uma insistência com este tema da publicidade da RTP, mas, afinal, quem é que fez a avocação do tema para o Plenário? Foi o PSD! Portanto, quem está a insistir é o PSD e, já que insistem, vamos lá.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ora!

Aplausos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares a bater palmas ao Rodrigo Saraiva!...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O tema da publicidade da RTP — para que fique claro do que estamos a falar, porque também não ficou claro, quer na intervenção do PSD e muito menos da intervenção do Bloco de Esquerda —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não vai ficar agora!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... e ao qual o Sr. Ministro respondeu nas audições, é apenas o da retirada da publicidade da RTP 1,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... porque a RTP vai continuar a ter acesso à publicidade — nos patrocínios, no *online*.

Vamos continuar na pedagogia, peço desculpa por isso, mas, se eu fosse o diretor de *marketing* de uma marca e me dissessem «já não vais pôr publicidade na RTP», eu, se já tenho publicidade na SIC e na TVI, é lá que a vou pôr? Não, claro que não! Tenho todo um mundo onde investir esse dinheiro. Portanto, essa história de que vai diretamente para a SIC e para a TVI também não é verdade.

Já que estamos a falar de mercado concorrencial, a RTP continua a ser concorrencial a nível dos conteúdos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A RTP tem telenovelas, a RTP 1 tem televentas às 2 horas da manhã!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Deviam deitar-se mais cedo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Isso deveriam ser os privados a fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E fazem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E continuamos a falar apenas de 8 % das receitas. Enquanto não ficar garantido que não querem aumentar a contribuição audiovisual é bom que a RTP continue a ter publicidade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mara Lagriminha.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por lembrar o Sr. Deputado do PSD que o que está previsto no plano de ação em relação aos trabalhadores é que a cada saída de dois trabalhadores entra um.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Araújo

E queria recordar aqui o voto que o PSD fez na proposta da Iniciativa Liberal sobre a redução de trabalhadores na Administração Pública: abstiveram-se, Srs. Deputados!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Ora, o Partido Socialista acompanhou a proposta do Bloco de Esquerda...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É que nós vimos!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — ... porque é, de facto, uma proposta justa e razoável, e o que a AD (Aliança Democrática) aqui apresenta é apenas um corte no financiamento, perda de receita e as consequências são claras: um serviço público à americana, pequenino, completamente irrelevante. É nisso que se traduz esta intenção de uma nova RTP.

Foi também por isso que o Partido Socialista apresentou uma proposta que pretende alterar e clarificar a lei do financiamento público da RTP.

Por isso, aproveito para apelar aos grupos parlamentares que, apesar das diferentes visões que podem ter sobre a RTP, convergem na necessidade de a RTP manter as receitas de publicidade. Apelamos para que possam viabilizar a proposta do Partido Socialista, que clarifica que a publicidade apenas pode ser restringida,

na RTP 1, até ao limite de 50 %, o tempo máximo permitido na lei à generalidade dos serviços de programas de acesso livre e não condicionado por assinatura.

Com esta proposta, garantimos e asseguramos que o financiamento da RTP terá estabilidade, previsibilidade e permitirá uma base negocial justa para futuros contratos de concessão.

Ao contrário do que o Governo já disse, é mesmo competência deste Parlamento fazer cumprir a Constituição, proteger o direito à informação e assegurar o pluralismo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Por fim, quero dizer-vos que é matéria do Orçamento quando a existência, o funcionamento e a sustentabilidade de uma empresa pública, que hoje é financeiramente viável e dá lucro, pode vir a estar em risco.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a questão que discutimos é, de facto, o financiamento da RTP, e há um grande consenso, no País e também nesta Assembleia, no sentido de que não deve ser reduzida a possibilidade de a RTP obter receitas publicitárias nos termos em que as pode obter hoje.

Bom, mas o isolamento do PSD e do CDS nesta matéria é tão grande que, à falta de argumentos, procuraram no fundo da cartola e encontraram um que é dizer: «Não, mas manter a publicidade na RTP no nível em que está, é estar a defender os interesses do grande capital, dos anunciantes!» É um argumento absolutamente extraordinário que nos leva a pensar que, para o PSD e para o CDS — e, pelos vistos, para o Governo —, a RTP está nas mãos do grande capital!

Risos de Deputados do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Porquê? Porque tem publicidade na RTP 1, imaginem lá o grande escândalo.

Risos de Deputados do PSD, da IL e do CDS-PP.

Mas o que acontece é que não há um único argumento válido que tenham apresentado até agora para justificar esta medida, porque não podem dizer que o problema é o dinheiro dos contribuintes. Podiam dizer que estamos numa grande crise, que temos de poupar, que há um problema de défice e que, portanto, não pode haver mais financiamento para a RTP, mas não é isso que está em causa. O que está em causa é a possibilidade de a RTP obter receitas próprias por via da publicidade comercial.

Depois, dizem que querem uma RTP melhor, com mais capacidade, mas isso é a mesma coisa que chegar a um trabalhador, e dizer: «É preciso melhorar as suas condições de vida, para que possa fazer mais coisas. Portanto, vou tomar uma medida fundamental: vou reduzir-lhe o salário».

Ora bem, é um contrassenso absoluto o Governo defender que a RTP tem de ter mais capacidade, que tem de ser melhor, quando a única medida que apresenta é a redução da capacidade de financiamento. Não faz nenhum sentido.

Há várias propostas nesta Assembleia, e o PCP também apresentou uma, no sentido de garantir que a RTP não perca os meios que lhe permitem funcionar adequadamente e é por isso que continuamos a bater-nos neste Orçamento.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora, finalmente, a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de facto, há sensivelmente um mês, o Governo apresentou um plano de ação para a comunicação social por um conjunto variado de razões que não vale a pena elencar ao detalhe, mas uma delas é que durante os últimos oito anos rigorosamente nada foi feito para tentar fortalecer um dos pilares fundamentais da nossa democracia, que é a comunicação social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há um Governo e um partido, o Partido Socialista, que são os primeiros responsáveis por isso, ou seja, por oito anos de absoluta inércia perante a degradação evidente do setor da comunicação social no nosso País. Mas há outros partidos, da extrema-esquerda, que suportaram esse Governo,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pronto, já está!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O quê, foi o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletário)?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e que manifestamente foram cúmplices de uma apatia, de uma inércia total que, repito, contribuiu para enfraquecer de forma muito significativa um dos pilares fundamentais da nossa democracia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não foi essa a opção deste Governo e, de facto, em apenas oito meses, já fizemos muito mais do que aquilo que foi feito em oito anos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não tiveram tempo!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Uma das medidas que foi apresentada prende-se, de facto, com a RTP e, em particular, com uma alteração nas fontes de financiamento da RTP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é algo que o Ministro dos Assuntos Parlamentares deva fazer!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Percebo que, nomeadamente na esquerda, haja a tentação de se considerar que repetindo muitas vezes uma falsidade, uma mentira pode ser que ela passe a ser verdade, mas a verdade é que não é assim que acontece. Por muito que digam que há uma vontade de cortar o financiamento da RTP, isso é falso; por muito que digam que há uma vontade de enfraquecer a RTP, isso é rotundamente falso.

A motivação deste Governo é exatamente a oposta: ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, sabemos hoje que a RTP, por força do contexto em que está inserida, tem vindo a perder relevância na nossa sociedade junto dos cidadãos face à resposta de serviço público que todos nós desejamos que a RTP preste. Isso tem a ver com o contexto em que vivemos, com a mudança de hábitos de consumo.

Sabemos que a televisão e a rádio tradicionais têm perdido relevância e a RTP não tem fugido a essa regra. É precisamente para podermos combater isso que queremos tomar medidas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Essa é que é essa!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Uma delas prendia-se com, no âmbito da revisão do contrato de concessão, que, por sinal, também está parada há muitos anos pela tal inércia a que a esquerda

votou a RTP, poderemos alterar o financiamento, libertando a RTP dos constrangimentos — e se os senhores não querem perceber vou ter muita dificuldade, de facto, em fazer-me entender — de terem de adaptar as suas grelhas à vontade dos anunciantes.

Nós queremos uma RTP para os cidadãos, não queremos uma RTP para os anunciantes, não queremos uma RTP para quem vende produtos. Queremos uma RTP para quem, de facto, deve ser o alvo último do serviço público de televisão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Grande distribuição!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Mas perguntar-me-ão: «O que é que tudo isto que estamos aqui a discutir tem a ver com o Orçamento do Estado?» A resposta é simples: absolutamente nada, zero.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nota-se pelo alarido!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os senhores, na vossa voracidade oposicionista de serem contra, porque são contra, e de criarem obstáculos e empecilhos à governação — porque para os senhores não interessa o País, mas sim os vossos ganhos partidários —, quanto mais puderem prejudicar a ação do Governo, mais se sentem satisfeitos, mesmo que isso cause prejuízos ao País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizia eu que, nessa voracidade de estar contra pura e simplesmente para estar contra, conseguiram inventar esta maravilhosa particularidade de estarmos em sede de Orçamento do Estado a discutir uma medida pontual que, evidentemente, está inserida na opção de alterarmos o modelo de financiamento da RTP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quando é que não discutimos medidas pontuais no Orçamento do Estado?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Isso é feito no contrato de serviço público que será negociado no futuro com a Administração da RTP, como a lei, aliás nos obriga.

Ouvi coisas extraordinárias aqui, até que era um princípio constitucional que estava em causa. Confesso que não estudei,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — O problema é esse, devia ter estudado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... na Constituição, essa parte que diz que tem de haver publicidade na RTP 1, porque ela não existe na RTP 2, na RTP 3, na RTP África, na RTP Memória, na Antena 1, na Antena 2, na Antena 3...

Portanto, não temos publicidade em lado nenhum, só na RTP 1; mas pelos vistos, agora, é a vaca sagrada do sistema.

Temos exemplos internacionais, como a BBC (British Broadcasting Corporation), como a TVE (Televisión Española), como a generalidade dos canais públicos nórdicos, por exemplo, onde não há publicidade. Mas, pelos vistos, para a esquerda e extrema-esquerda nacional, isso é fundamental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Nós não vamos desistir do nosso propósito de fortalecer a RTP. Não vamos desistir do nosso propósito de modernizar a RTP, porque acreditamos que o nosso País precisa

de um serviço público efetivo, que chegue a cada vez mais pessoas e com mais impacto. Mas queremos fazê-lo com paz, com estabilidade na empresa, para que os seus profissionais e os seus dirigentes possam levar a cabo a sua missão.

Vão contar com o Governo, mesmo que a oposição continue a ser meramente do contra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, passo a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, pedíamos apenas que nos explicasse como é que vai operar esse milagre. Priva a RTP de obter receitas por via de publicidade, mas não aumenta o investimento público na RTP, ou seja, a RTP vai perder financiamento. Como é que é possível, nessas condições, que a RTP possa melhorar os seus serviços e programas?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não estudou a proposta do Orçamento!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Explique-nos lá como é que vai produzir esse milagre, porque até agora não explicou rigorosamente nada.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passo a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para um segundo pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que depois responderá aos dois.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, retirar financiamento da RTP sem o compensar por via do Orçamento do Estado é um corte, não há outra palavra!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Aquilo que está no Orçamento do Estado não é uma transferência, é o pagamento de uma dívida à RTP. É um corte, repito, é um corte.

A não ser que o Sr. Ministro considere que Moraes Sarmiento, Poiães Maduro ou Maria Leonor Beleza são de extrema-esquerda.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Nunca disseram isso!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — A única pergunta a fazer é se vai cumprir ou não aquilo que for decidido aqui, no Orçamento.

Aplausos do BE.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos ver se podemos ou não!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Governo não teria tempo, mas o CDS-PP cede-lhe 1 minuto do seu tempo. Portanto, Sr. Ministro, caso queira responder, faça favor de tomar a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelo tempo cedido.

Sr.^a Deputada Joana Mortágua, cuidado com as citações, porque temos de ser rigorosos. Queremos combater a desinformação...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Vê-se!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e o Bloco de Esquerda podia ajudar-nos nisso. Cuidado com as citações.

Estamos, de facto, a investir muito na RTP. O contrato de concessão vai servir, precisamente, para repensarmos isso. Se os senhores tivessem um bocadinho mais de serenidade, talvez percebessem que o que estamos a fazer pela RTP é muito mais do que o aumento de capital, que nunca foi feito em oito anos...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É uma dívida!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Chama-lhe dívida, mas devia pôr a mão na consciência,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... porque, quando andaram a negociar Orçamentos, nunca se lembrou disso, não foi?

Nós vamos fazê-lo agora e vamos investir muito na RTP, porque acreditamos num serviço público, ao contrário dos senhores, que se limitam a fazer oposição pela oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Esclarecedora, essa resposta!

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Está encerrado este ponto.

Passamos à proposta 734-C, da Iniciativa Liberal, avocada pela própria Iniciativa Liberal, de aditamento de um artigo 37.º-A — Projeto-piloto de parcerias público-privadas em unidades locais de saúde integradas no setor empresarial do Estado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pedimos a avocação desta proposta, que visa fazer um projeto-piloto de uma parceria público-privada (PPP) nas ULS (unidades locais de saúde) — é um projeto-piloto, não é transformar todas as ULS em PPP! —, porque o sentido de voto de alguns partidos nos deixou perplexos, para não dizer outra coisa.

A extrema-esquerda leu «privado» no título da proposta e a reação pavloviana foi «contra!», o que não surpreende. Mas essa visão de que tudo tem de ser público, das nacionalizações, morreu com o fim do PREC (Processo Revolucionário em Curso), morreu ontem, com o 25 de Novembro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E foi uma pena os Srs. Deputados não terem estado cá, porque teriam sabido isso.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Agora, não deixa de surpreender o voto do Partido Socialista, que é o pai das parcerias público-privadas,...

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... através da ação do ex-Ministro Correia de Campos, que deixou um legado que não têm de negar. Esse, em particular, foi bom! As parcerias público-privadas funcionaram na saúde e os senhores são os pais dessa proposta!

Porque é que agora vão rejeitar esta proposta e votar ao lado da extrema-esquerda, da geringonça, onde se colocaram nos últimos oito anos apenas por capricho ideológico, quando são os senhores os pais das parcerias público-privadas? Que sentido faz isto?

No mínimo, uma abstenção!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É como a cultura woke! É a mesma coisa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E o Partido Chega, que sempre defendeu as parcerias público-privadas, eis que, neste caso concreto, permite que a geringonça obstaculize a criação das PPP em contexto de ULS. Ou seja, é o Partido Chega a fazer de bengala à geringonça!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Estão cada vez mais próximos da esquerda em matéria económica. É este o grande contributo do Partido Chega para o País?

É que não estão a defraudar a Iniciativa Liberal, estão a defraudar os portugueses!

Protestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rita Matias.

Porque isto é bom para os portugueses, e porquê? Porque olhamos para o plano de investimentos do setor privado, por exemplo na Covilhã, e vemos que a CUF (Companhia União Fabril) vai investir 35 milhões de euros num hospital de última geração, com o apoio da autarquia, com abertura em 2027. Porque olhamos para Leiria e temos a CUF, a Luz Saúde, os Lusíadas, com dois novos hospitais, com hospitais com internamento médico-cirúrgico de última geração.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Estes operadores do setor privado estão a fazer aquilo que o Estado não fez nos últimos anos.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

Isto é um dado adquirido, porque aquilo que o Estado construiu nos últimos oito anos foram zero hospitais públicos, zero.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem! Zero!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Das duas, uma: ou começamos a cooperar com o setor privado ou o que vai acontecer é que o setor privado vai suplantar o setor público e este deixa de existir, que é o que tem acontecido nos últimos oito anos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Quem sofre é o povo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou cooperamos e colaboramos ou então estes investimentos, que são feitos pelo setor privado e não pelo setor público, vão cada vez mais retirar recursos ao setor público, que deve continuar a existir, com certeza que sim. E como? Em parceria com o setor privado e com o setor social.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Recordo uma vez mais: os senhores do Partido Socialista são os pais das parcerias público-privadas, é um legado bom, não tenham vergonha desse legado. Desse, pelo menos, não tenham vergonha.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que está em causa nesta proposta da Iniciativa Liberal, que é uma boa proposta, é se queremos ceder à visão da esquerda de que a saúde tem de ser exclusivamente pública ou se temos uma visão alternativa, em que a saúde está ao serviço dos utentes.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se a saúde está ao serviço dos utentes, devemos orientar para estes a resposta.

Este projeto permite, nas unidades locais de saúde, ter um projeto-piloto para avaliar a possibilidade de as PPP funcionarem, dando mais saúde a mais pessoas. Votaram a favor o PSD, a Iniciativa Liberal e o CDS.

A grande questão, neste momento, é se esta proposta é ou não aprovada e isso está nas mãos do Partido Socialista e do Chega, que dirão às pessoas se querem mais saúde para os portugueses ou se querem mais Estado com menos saúde.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta proposta da Iniciativa Liberal vem no sentido de utilizarmos parcerias público-privadas para melhorar a eficiência do sistema.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Portanto, é uma proposta que faz todo sentido como projeto-piloto, dado que estamos perante um novo modelo de gestão: a gestão das unidades locais de saúde.

Relativamente ao financiamento, à partida, julgamos que ele deve ser o mesmo, e isto deve traduzir-se em melhor produtividade e melhores indicadores de qualidade.

Mas o que não percebemos mesmo é que o Partido Socialista seja contra isto.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, façam o favor de deixar falar o Sr. Deputado Miguel Guimarães.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Ou seja, o Partido Socialista teve parcerias público-privadas que foram avaliadas pelo Tribunal de Contas, pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS) e pela comissão de acompanhamento, que pouparam ao Estado mais de 200 milhões de euros e aumentaram a produtividade e os indicadores de qualidade.

Protestos de Deputados do PS.

Como é que o Partido Socialista explica esta sua decisão?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nas últimas três intervenções o que esteve presente foi a voz dos grupos económicos.

Protestos da IL e do CDS-PP.

Não foi a saúde nem foi a preocupação com os utentes,...

Protestos da IL e do CDS-PP.

... foi a preocupação com os grupos privados, que lucram com a doença. Foi isso que aqui tivemos. Se a preocupação tivesse sido com os utentes e a sua saúde, a proposta necessária seria a do investimento no Serviço Nacional de Saúde...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não dá resposta!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): —... e não a de tirar dinheiro ao Serviço Nacional de Saúde para alimentar os lucros dos grupos económicos, porque foi isso que esteve aqui presente.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou dar dois exemplos, que são bem conhecidos. Sabemos bem de situações de hospitais em parceria público-privada onde doentes complexos que não constassem na contratualização, pura e simplesmente não eram atendidos e eram enviados para outros hospitais públicos. E também sabemos de circunstâncias em que hospitais em parceria público-privada alteravam os dados dos pacientes de modo a «agravar» a situação de doença, para cobrar mais dinheiro ao Estado.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

São estes os exemplos das parcerias público-privadas no nosso País. Não se trata de assegurar saúde aos cidadãos. A preocupação é com os lucros. Portanto, é bem que esta proposta seja rejeitada!

Aplausos do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E onde é que as pessoas vão?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, terminado este ponto, passamos à discussão da proposta 101-C, do Livre, avocada pelo proponente. Trata-se de uma proposta de aditamento de um artigo 54.º-A — Majoração do abono de família.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há 347 000 crianças em risco de pobreza — estes são os números de 2022.

Foi no grupo das crianças e jovens que a taxa de risco de pobreza mais se agravou, bem como nas famílias com crianças dependentes. Isto é inaceitável, num país como Portugal!

A pobreza estrutural tem de ser combatida e isso faz-se de várias formas: faz-se com um plano a médio e longo prazo, com a distribuição mais justa da riqueza, garantindo que quem trabalha não é pobre, garantindo condições de habitação digna, mudando as prioridades.

Mas há algo que podemos fazer agora, que é imediato, que ajuda imensas pessoas, que faz toda a diferença para cada uma destas 347 000 crianças e para as suas famílias, e que é muito simples: aumentar o abono de família.

Foi essa a proposta do Livre: aumentar o abono de família em 25 %. Na sexta-feira, ela foi rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS e com a abstenção do PS.

Esta proposta é de 450 milhões de euros. É menos do que os 700 milhões de euros relativos à descida de dois pontos do IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas), que o Governo está disposto a fazer já para o próximo ano, e é muito menos do que os 1500 milhões de euros que o Governo está disposto a gastar todos os anos com a descida do IRC que quer alcançar. Repito: todos os anos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, que melhor investimento podemos fazer na nossa economia do que distribuir o rendimento pelas famílias, por quem menos tem, e investir em infâncias ricas, plenas e dignas?

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD, do CDS e do PS, têm agora a hipótese de corrigir o vosso voto, de garantir que, em 2025, o abono de família é, sim, reforçado, para garantirmos uma vida mais digna para cada criança e para cada família.

É para garantir que conseguimos combater a pobreza estrutural e que apoiamos cada uma destas 347 000 crianças. Não é possível dizerem-se defensores da família e dos direitos das crianças e depois votar contra o aumento do abono de família.

Esta tem de ser uma prioridade deste Parlamento. Temos a hipótese de fazer com que o aumento do abono de família aconteça já em 2025. Por isso convido as bancadas do PSD, do CDS e do PS a alterarem o seu sentido de voto, para aumentarmos o abono de família já em 2025.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, passamos à discussão da proposta 464-C, do Chega, avocada pelo próprio Chega. Trata-se de uma proposta de aditamento de um artigo 54.º-A — Reconhecimento da profissão de desgaste rápido aos profissionais motoristas de veículos pesados de mercadorias e de passageiros e maquinistas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Melo, do Chega.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago-vos hoje um magno assunto: o reconhecimento da profissão de desgaste rápido de motoristas e maquinistas.

É do conhecimento geral que os motoristas de veículos pesados de passageiros e de mercadorias, bem como os maquinistas exercem profissões de desgaste rápido.

Numa abordagem rápida de quem viveu esta situação no terreno e conviveu durante anos com estes homens e mulheres até tomar posse nesta Assembleia, estes estão sujeitos a desgaste acelerado das suas capacidades ao longo do tempo. Tal deve-se a posturas prolongadas e esforços repetitivos, a que se junta o ruído excessivo, o *stress* e a pressão de operar veículos pesados. Além disso, o ritmo circadiano é completamente alterado com o trabalho por escalas e por turnos e o trabalho noturno leva a distúrbios do sono e a fadiga que aceleram o desgaste do corpo ao longo dos anos.

Perante estes factos, e num claro apelo à responsabilidade deste Plenário, convocamos os Srs. Deputados a olhar para esta proposta, esperando contar com a vossa anuência.

É nesta ocasião, Srs. Deputados, que têm a oportunidade de defender verdadeiramente estes profissionais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não registando a Mesa qualquer pedido de esclarecimento, passamos à discussão da proposta da proposta 501-C, do Chega, avocada pelo Chega.

Trata-se de uma proposta de alteração ao artigo 68.º da proposta de lei — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que altera os artigos 2.º, 72.º e 99.º do Código do IRS.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a proposta que trazemos a discussão nesta avocação é sobre gratificações. As gorjetas são gratificações, e o que solicitamos é que CDS, PSD e PS — uma vez que já votaram na especialidade — olhem para isto de forma diferente, com vista ao fim da tributação das gorjetas.

Existe hoje a tributação das gorjetas, sendo que muitas pessoas recebem a sua gratificação pelo bom serviço, pelo bom trabalho prestado em diversas atividades em vários setores de serviços. Como sabem, seja no âmbito da *internet* de vários serviços, seja mesmo nos serviços de restauração, já é permitido nos POS (*point of sale*) existir a gratificação.

Ora, entendemos que não é de todo correto que a gratificação tenha um imposto alocado. Estas pessoas já têm um ordenado baixo, e nós devemos realmente criar condições para que estas pessoas sejam devidamente gratificadas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não registando a Mesa qualquer pedido de esclarecimento, passamos à discussão de uma avocação pedida pelo PSD, que versa sobre os artigos 12.º-B e 68.º do Código do IRS constantes do artigo 68.º da proposta de lei.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Eva Brás Pinho, do PSD.

A Sr.ª **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem é uma medida para apoiar a juventude, cuja formulação resulta de um caminho sensato que o Governo escolheu fazer e que os partidos desta Assembleia se permitiram percorrer.

É uma medida que trata todos os jovens por igual: os que estudaram no ensino superior e os que, por necessidade ou escolha, seguiram outros caminhos. É progressivo e justo. É um apoio a quem começa a vida e tem todos os projetos a começar: a carreira, a emancipação, a constituição da família. É uma medida necessária e um voto de confiança na juventude portuguesa.

Nesta Casa, temos a sensação muitas vezes de que há mais a dividir do que a unir, mas esta proposta foi aprovada com os votos favoráveis de quatro partidos que puseram de lado as divergências políticas e escolheram focar-se no impacto positivo desta medida.

O País falhou a mais de 850 000 jovens que estão emigrados, mas há uma oportunidade nesta Assembleia de, aprovando esta proposta de forma mais expressiva, podermos provar aos que foram e aos que ainda acreditam que há futuro em Portugal que o País não desiste deles.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — A Sr.ª Deputada Eva Brás Pinho tem um pedido de esclarecimentos da parte do Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, a quem dou a palavra.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Eva Brás Pinho, estamos em posições opostas acerca do IRS Jovem, mas podemos ter um ponto de confluência quanto a procurar ajudar todos aqueles que nascem no que é a lotaria mais injusta da vida, que é a de não escolher se a família em que se nasceu é rica ou é pobre.

Para isso, há uma medida de que já falámos agora, que é a do aumento do abono de família. Neste sentido, queria perguntar-lhe porque é que o PSD não acompanha esta necessidade de combater e até de procurar erradicar a pobreza infantil que, de facto, se vai refletindo, depois, sobre todos os outros estágios da vida. Gostaria também de saber se é possível que o PSD venha a fazer um debate mais construtivo acerca da hipótese de termos um sistema de herança social.

A Sr.ª Deputada disse que a ajuda a todos os jovens era progressiva, mas não é, porque a medida do IRS Jovem é só para quem já ganha mais. Assim, com a nossa proposta, poderíamos, de facto, ajudar todos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por registar o regresso do PCP e do Bloco de Esquerda a este Parlamento depois das comemorações de um dos dias grandes da democracia, no Parlamento, ontem: o 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Espero, Srs. Deputados, que possam rever a vossa posição e que possam juntar-se a nós, no próximo ano, nesta festa grande da liberdade e da democracia em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, ora bem! Eles não gostam!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma das grandes diferenças deste Orçamento é a redução do IRS. Neste Orçamento, o IRS reduz-se genericamente para todas as famílias, através da atualização de escalões muito acima da taxa de inflação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aliás, esta é uma das grandes diferenças face aos Orçamentos do Partido Socialista.

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

Ao contrário fez o Governo socialista que agravou o IRS por não atualizar os escalões. Em 2022, o agravamento no IRS para todas as famílias foi superior a 400 milhões de euros.

Este Governo reduz o IRS para todas as famílias, atualizando os escalões acima da inflação. Esta é uma das diferenças maiores do Orçamento da Aliança Democrática face ao Orçamento da asfixia fiscal socialista.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Esse é o único assunto do CDS!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Eva Brás Pinho, começo por saudá-la em relação a esta proposta do IRS Jovem, que o PAN vai acompanhar, porque nos parece que é fundamental para garantirmos uma maior autonomização dos jovens.

No entanto, esperávamos mais ambição. Sem dúvida que continua a persistir um problema no nosso País que se prende com a autonomia dos jovens, que vivem dependentes, na casa dos pais.

Ouvimos a argumentação da Sr.^a Secretária de Estado, mas parece-nos que se houvesse efetivamente vontade política para mudarmos esta realidade, teriam acompanhado a proposta apresentada pelo PAN, que visava garantir a justiça que esta medida acarreta em si no que diz respeito não só ao último escalão, mas dando igualmente uma resposta aos jovens que continuam como dependentes e não podem beneficiar dessa medida.

Portanto, não obstante o PAN ir acompanhar a mesma, há ainda um caminho a fazer, mas que esperamos que, evidentemente, numa próxima oportunidade, nomeadamente orçamental, se possa corrigir.

Não podemos, num dia, dizer que queremos garantir aos jovens que têm oportunidade de sair de casa dos pais e, no outro, não lhes dar ferramentas do ponto de vista fiscal para que isso aconteça.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Terminado este ponto, passamos à discussão da proposta 1530-C, do Chega, avocada pelo Chega, de substituição das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 101.º do Código do IRS, constante do artigo 68.º da proposta de lei — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o tão publicitado choque fiscal não aconteceu com a apresentação da presente proposta de Orçamento do Estado pelo Governo. Podendo, na especialidade, aproveitar algumas medidas que propusemos para criar maior justiça social e melhorar a vida dos portugueses, o Governo escolheu não o fazer, inviabilizando esta proposta nas votações da COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública).

O que nós pretendemos visa reduzir de forma significativa as taxas de retenção na fonte — de 25 % para 20 % — dos profissionais liberais, dos trabalhadores independentes, o que em nada afetaria a arrecadação de receita fiscal em sede de IRS.

As atuais taxas de retenção são excessivas e o pretendido é que os trabalhadores possam ter uma melhor gestão de tesouraria, com eficácia no planeamento financeiro, sem terem de reter 25 % do seu rendimento.

Esperamos, com esta avocação, que os partidos de suporte ao Governo tenham a sensatez de arrear caminho, acompanhando-nos na sua viabilização.

Está aqui uma oportunidade única de mostrar as verdadeiras intenções para com estes profissionais, extremamente importantes para tantos setores de atividade da economia nacional, os profissionais liberais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Terminado este primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, vamos passar ao segundo ponto, com as votações das normas avocadas.

Antes disso, e enquanto registamos o quórum, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, que vai fazer um anúncio à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, para os devidos efeitos, passo a informar a Câmara sobre a retoma do exercício do mandato pelo Deputado Cristóvão Norte (PSD), do círculo eleitoral de Faro. A suspensão do seu mandato produziu efeitos a partir de 5 de outubro de 2024, sendo que a retoma decorre a partir de 22 de novembro de 2024, inclusive, deixando de assumir o mandato, em sua substituição, Maria Alexandra Evangelista, igualmente do circuito eleitoral de Faro. Informa-se ainda que não será elaborado parecer pela Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre esta retoma.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Solicito então aos serviços que iniciem o período de verificação de quórum e peço aos Srs. Deputados presentes que se registem.

Anuncio à Câmara que se encontram nas galerias um grupo de 14 alunos e professores do Colégio Marista de Carcavelos; um grupo de 90 alunos e professores da Escola Secundária Dr. José Afonso, do Seixal; um grupo de 70 alunos e professores da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, também do Seixal; e um grupo de 50 alunos e professores do Centro de Estudos de Administração Pública da Universidade do Minho, em Braga. Para todos, solicito o aplauso desta Câmara.

Aplausos gerais.

Para mais um anúncio, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que estão a participar nos nossos trabalhos, por videoconferência, as Sr.^{as} Deputadas Ana Abrunhosa, do Partido Socialista, Emília Cerqueira, do Partido Social Democrata, e Ana Mendes Godinho, também do Partido Socialista.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Pergunto se alguém não conseguiu registar-se eletronicamente e que tenha de ser anotada a sua presença manualmente.

Pausa.

Todos os Srs. Deputados se conseguiram registar? Isto é um milagre, quase...

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Assim sendo, está fechado o registo. Peço aos serviços que encerrem o período de verificação do quórum e que publicitem o resultado.

Pausa.

Bom, temos quórum, pelo que vamos passar à votação das normas avocadas para Plenário.

Começamos com a votação da proposta [239-C](#), do Bloco de Esquerda, de aditamento de um artigo 4.º-A — Afetação do património imobiliário público à habitação pública, ao alojamento estudantil e aos serviços sociais.

Pausa.

Bom, agora sim, passamos à votação da proposta que anunciei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O PS vota a favor?!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Prosseguimos com a votação da proposta [1946-C](#), do PS, de aditamento de um artigo 26.º-A — Regime de exclusividade de adesão voluntária no Serviço Nacional de Saúde e medidas de fixação dos profissionais de saúde.

A Sr.^a Deputada Mariana Leitão pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, era para pedir se podíamos votar esta proposta por pontos, se faz favor.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para desagregar a proposta?

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sim, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza, Sr.^a Deputada. Pergunto se há alguma objeção.

Pausa.

Parece que não há.

Passamos, então, à votação do primeiro ponto, que passo a ler:

«1. Em 2025, o Governo procede:

a) à criação, em articulação com as estruturas representativas dos trabalhadores médicos, de um novo regime de exclusividade, de adesão voluntária, no Serviço Nacional de Saúde;

b) à avaliação e reforço do regime de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro;

c) ao alargamento progressivo, a todo o SNS, do modelo de centros de responsabilidade integrados para melhorar o acesso dos doentes aos cuidados de saúde e os resultados dos cuidados e fixar profissionais de saúde ao SNS.»

Assim sendo, em relação a este primeiro ponto, quem vota contra?

Pausa.

Votam contra o Partido Social Democrata, o CDS e o Chega.

Quem se abstém?

Pausa.

Quem vota a favor?

Pausa.

Votam a favor o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português, o Livre, o Partido Socialista e o PAN.

Pausa.

Peço desculpa, vamos ter de repetir a votação porque a Iniciativa Liberal tinha pedido a desagregação, não apenas pelos pontos, mas também pelas alíneas dos pontos. Peço imensa desculpa à Câmara, mas a Mesa não tinha entendido isso.

Então, passamos à votação da alínea a) do n.º 1: «[...] à criação, em articulação com as estruturas representativas dos trabalhadores médicos, de um novo regime de exclusividade, de adesão voluntária, no Serviço Nacional de Saúde;»...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que se dissesse apenas o número e a alínea — porque todos temos a proposta — seria mais fácil e pouparíamos muito tempo a esta sessão.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Perfeitamente de acordo, Sr. Deputado Pedro Pinto.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Obrigada, Pedro.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Então, vamos votar a alínea a) do n.º 1 da proposta 1946-C.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN.

Prosseguimos com a votação da alínea b) do n.º 1.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do BE, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL e do PAN e a abstenção do L.

Passamos à votação da alínea c).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS e do PAN e as abstenções da IL, do BE, do PCP e do L.

Passamos à votação do n.º 2 da mesma proposta.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL e do PAN e as abstenções do BE, do PCP e do L.

Pausa.

Ora bem, pedimos desculpa, mas temos de votar o corpo do n.º 1, só votámos as alíneas, uma a uma. Vamos então votar o corpo do n.º 1.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN.

Passamos ao artigo 31.º — Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura.

Começamos pela votação da proposta [831-C](#), do PCP, de eliminação deste artigo da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para pedir a agregação das restantes votações, se nenhuma bancada se opuser.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo objeção, vamos agregar para votação todo o artigo 31.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do BE, do PCP e do L e as abstenções do PS e da IL.

Passamos à votação da proposta [159-C](#), do Bloco de Esquerda, de aditamento de um artigo 37.º-A — Receitas da RTP.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação da proposta [734-C](#), da Iniciativa Liberal, de aditamento de um artigo 37.º-A — Projeto-piloto de parcerias público-privadas em unidades locais de saúde integradas no setor empresarial do Estado.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro estava a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para pedir a desagregação da votação desta proposta por pontos, ou seja, primeiro o n.º 1 e depois o n.º 2.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Incluindo as alíneas?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Só por pontos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — As alíneas não são desagregadas. Pergunto à Câmara se não há objeção.

Pausa.

Vamos então votar o n.º 1 da proposta.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vergonha! O Chega é a bengala da geringonça!

Protestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rita Matias e contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos à votação do n.º 2 da mesma proposta.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos a favor da IL e do CDS-PP e a abstenção do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Chega é a bengalinha da geringonça!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Votamos agora a proposta [101-C](#), do Livre, de aditamento de um artigo 54.º-A — Majoração do abono de família.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Passamos à votação da proposta [464-C](#), do Chega, de aditamento de um artigo 54.º-A — Reconhecimento de profissão de desgaste rápido aos profissionais motoristas de veículos pesados, de mercadorias e de passageiros e maquinistas.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE e do PAN e as abstenções do PS, da IL, do PCP e do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os trabalhadores?! Como é que é possível?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos ao artigo 68.º — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Começamos por votar a proposta [501-C](#), do Chega, na parte em que substitui a alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro [Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)], constante do artigo 68.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do PAN e a abstenção do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhem para esta coligação!...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Hugo Carneiro pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, ia perguntar à Câmara e ao Sr. Presidente se podemos juntar todas as votações até à primeira proposta do Chega, que está na página 5.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é mais fácil votarmos primeiro o artigo 12.º-B, e depois votarmos todo o artigo 68.º da proposta de lei, se ninguém se opuser; e depois, então, as propostas de alteração.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo também pediu a palavra?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Era no mesmo sentido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — E a Sr.ª Deputada Paula Santos?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Também no mesmo sentido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Portanto, há concordância para a votação do artigo 12.º-B do Código do IRS, constante do artigo 68.º da proposta de lei, na sua totalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PS e do CH.

Vamos passar à votação da tabela do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro [Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)], constantes do artigo 68.º da proposta de lei.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e as abstenções do PS e do CH.

Passamos à votação da proposta **501-C**, do Chega, na parte em que substitui o n.º 7 do artigo 72.º do Código do IRS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do PAN e a abstenção do PS.

Passamos à votação da proposta **501-C**, do Chega, na parte em que substitui o n.º 3 do artigo 99.º-C do Código do IRS, constante do artigo 68.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL e do PAN e a abstenção do PS.

Sr.ª Deputada Mariana Leitão, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é só para saber se podemos juntar as votações da proposta 1530-C numa só.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo objeções, vamos então votar a proposta 1530-C, do Chega, de substituição das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 101.º do Código do IRS, constantes do artigo 68.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PS e do PAN.

Pausa.

Vamos passar ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, com a continuação do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

Pausa.

Começamos pela proposta de alteração 122-C, do PCP, de aditamento de um artigo 45.º-A — Atualização de pensões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos assistido, nos últimos dias, nas últimas semanas, a uma discussão muito viva sobre os necessários aumentos das pensões e reformas, mas uma discussão por vezes pouco respeitosa para com os pensionistas, sobretudo os que auferem pensões tão baixas, que deveriam envergonhar-nos.

Quando 70 % dos pensionistas recebem menos de 510 €, quando a maioria dos reformados enfrenta enormes dificuldades para fazer face às suas despesas com alimentação, com medicamentos e até com aquecimento, nesta altura, o que é preciso, de facto, como faz o PCP, é melhorar as pensões e reformas.

Por isso, o PCP propõe uma atualização geral de 5 % para todas as pensões, num mínimo de 70 € para todos os pensionistas. Os pensionistas não podem ficar à espera do bónus ocasional do Governo, se vier e quando vier, e que nem sequer conta para a atualização no ano seguinte. O que é necessário é dar mais passos para melhorar a vida de quem trabalhou uma vida inteira.

É por isso que o PCP também propõe a atualização do 4.º escalão e a criação de dois novos escalões para as pensões mínimas, o recálculo das pensões a partir de janeiro de 2019, a valorização das longas carreiras, com a possibilidade de reforma com 40 anos de descontos, a reposição da idade legal da reforma nos 65 anos e a eliminação do fator de sustentabilidade.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para apresentar a proposta de alteração 369-C, do Bloco de Esquerda, de aditamento de um artigo 45.º-A — Aumento extraordinário das pensões, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, com esta proposta, o Bloco de Esquerda pretende responder a vários problemas.

Em primeiro lugar, pretende garantir que nenhuma pensão tenha um aumento abaixo da inflação.

Em segundo lugar, pretende criar um patamar mínimo de aumento extraordinário por pensionista de 50 €. O valor de 50 € é o que resultará da atualização da lei para as pensões de 2000 €, mas 50 € fará muita diferença numa pensão de 500 €, que é o valor médio de uma pensão em Portugal. Portanto, queremos criar esse patamar mínimo de 50 € no aumento das pensões para todos os pensionistas em 2025.

Em terceiro lugar, queremos que todos os pensionistas que contribuíram com 20 anos ou mais de descontos não possam ter uma pensão que os coloque abaixo do limiar de pobreza.

São propostas justas, que esperamos que sejam aprovadas.

Aplausos do BE.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia a todos.

Para uma intervenção sobre uma proposta de um artigo 45.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Caros Concidãos nas galerias, quem trabalhou uma vida inteira merece aposentar-se com dignidade. Infelizmente, não podemos dizer que isso aconteça com todas as pessoas em Portugal.

Em Portugal, 13,2 % dos pensionistas continuam a trabalhar, 45 % por necessidade económica. Isto não está, certamente, desligado do facto de dois terços dos pensionistas terem pensões inferiores a 600 €. Há muitas pensões abaixo, inclusive, do limiar de pobreza. Isto nunca deveria ser aceitável no nosso País.

É por isso que o Livre tem como prioridade a construção de um caminho que faça convergir a pensão mínima com o salário mínimo. Para darmos um passo nesse sentido, o Livre traz a este Orçamento do Estado uma proposta de alteração para o aumento extraordinário das pensões, com o principal foco nas pensões mais baixas.

Quanto à atualização regular prevista das pensões, que, ao contrário do que a Sr.ª Ministra disse, deverá ficar consideravelmente abaixo dos 3 %, o Livre propõe um aumento suplementar de 5,5 % para pensões abaixo do valor de referência do indexante dos apoios sociais, que é cerca de 510 €, um aumento de 2 % para pensões entre os 510 € e os 1020 € e de 0,5 % para pensões entre os 1020 € e os 1530 €, sendo que nenhuma pensão abaixo dos 1020 € pode ter um aumento inferior a 40 €.

Garantir dignidade e condições mínimas aos nossos pensionistas é nosso dever enquanto sociedade e país. Quem trabalhou uma vida inteira não deve viver o seu último capítulo a ter de escolher entre os medicamentos e a refeição, entre aquecer-se no inverno e pagar uma consulta. Quem trabalhou uma vida inteira tem direito a uma reforma que lhe permita viver com o mínimo dos confortos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É por isso que o Livre defende o aumento significativo e permanente das pensões, não com bónus anunciados em festas partidárias, como este ano, mas um aumento permanente que permita às pessoas saberem com o que é que podem contar.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Não é um bónus!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Por isso, apresentamos esta proposta neste Orçamento do Estado e vamos continuar a bater-nos por mais direitos, mais dignidade, mais conforto para todos os pensionistas em Portugal.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Mantendo-nos no artigo 45.º-A, vamos agora passar às propostas de atualização extraordinária das pensões.

A primeira intervenção será a do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, a proposta que o Partido Socialista apresentou para a atualização extraordinária das pensões tem o propósito claro de defender os pensionistas portugueses, de defender aqueles que dedicaram uma vida, a sua vida, ao trabalho, ao serviço deste País, e que agora merecem o respeito e a dignidade que o sistema de proteção social lhes deve assegurar.

Nós lamentamos que o Governo não o tenha feito por si, mas cá estamos, cá está o Partido Socialista, para responder aos pensionistas com uma proposta de alteração que dá cumprimento na oposição àquilo que o PS fez na governação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — O Partido Socialista orgulha-se de ter sempre priorizado a dignidade e o bem-estar dos nossos pensionistas. Desde 2015, os Governos do Partido Socialista aumentaram as pensões todos os anos, incluindo aumentos extraordinários das pensões mais baixas, como ocorreu todos os anos entre 2017 e 2022.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Esses aumentos representaram mais de 6,9 mil milhões de euros investidos diretamente no reforço dos rendimentos dos reformados. Graças a essas medidas, o valor médio das pensões em Portugal cresceu 29 %,...

Aplausos do PS.

... trazendo mais justiça a um sistema que, durante anos, e nomeadamente durante as governações do PSD e do CDS, não avançou como podia e devia.

Mas agora as condições são únicas. E as condições são únicas não só pelo excedente que foi legado pelo Partido Socialista a este Governo, mas também porque o trabalho do Governo nesta área começa sentado no maior orçamento de sempre da segurança social em Portugal. São mais de 35 600 milhões de euros, mais 12 000 milhões de euros face a 2015, um aumento de 51 % relativamente à situação que encontrámos no orçamento da segurança social.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — É nisto que o Governo da AD está sentado.

Mas, mesmo assim, a proposta de Orçamento do Estado para 2025 que apresentaram desilude, desilude e trai os compromissos para com os mais vulneráveis,...

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — A vossa sim!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... porque recusa um aumento estrutural das pensões acima da fórmula de atualização,...

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — A vossa sim!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — ... porque quer fazer uma gestão eleitoralista dos aumentos dos pensionistas, porque quer aplicar um bónus isolado, um bónus de curto prazo, de acordo com o calendário eleitoral, sem impacto real no rendimento dos reformados.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Não é um bónus!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — E esta é uma escolha injusta, é uma escolha irresponsável,...

Protestos da Deputada do PSD Sandra Pereira.

... porque bónus temporários — Sr.^a Deputada, tem de ouvir — anunciados na Festa do Pontal não enchem a despesa dos reformados durante todo o ano.

Aplausos do PS.

Protestos das Deputadas do PSD Carla Barros e Sandra Pereira.

Eu percebo o nervosismo, mas o Partido Socialista não aceita essa política de remendos. Portanto, a nossa proposta é de uma atualização extraordinária, estrutural, permanente, de 1,5 pontos percentuais sobre a fórmula de atualização anual das pensões.

Este é um aumento que valoriza de forma definitiva as pensões até três vezes o indexante dos apoios sociais, melhorando substancialmente as condições de vida e os rendimentos dos reformados, daqueles que têm reformas mais baixas.

Este é um compromisso que permitirá um aumento total das pensões entre 3,25 % e 3,8 % para as pensões até 1528 €, permitindo ganhos duradouros que vão diretamente para os bolsos dos pensionistas.

O Partido Socialista, como sempre, apresentou esta proposta, como apresenta todas, com rigor, com sustentação técnica e com detalhe financeiro. Sobre isto, o PSD tentou semear a dúvida e a desconfiança, mas foi desmentido pelo UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental), que foi chamada a pronunciar-se pelo próprio PSD, mas que confirmou as contas do Partido Socialista sobre a nossa proposta de aumento das pensões.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Exatamente!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — A UTAO, chamada pelo PSD, validou a sustentabilidade financeira desta proposta de alteração, desferindo uma derrota clara às intenções do PSD.

Aplausos do PS.

Infelizmente, o PSD não aplica esse rigor às suas próprias propostas, porque recentemente soubemos que o Governo anunciou que as pensões seriam aumentadas em 3,1 % em 2025, mas esse valor foi calculado com base numa fórmula errada de atualização das pensões. É que, enquanto a lei exige que se atualize a taxa de inflação, excluindo habitação, calculada pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), o Governo baseou-se na inflação harmonizada, uma métrica diferente e que é absolutamente inadequada para este fim.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Isto não demonstra apenas desconhecimento da legislação. O facto de uma Ministra com a pasta da Segurança Social não saber como se aumentam as pensões, como se calculam as pensões, não é apenas lamentável, é absolutamente alarmante, mostrando-nos o desleixo total com que o Governo lida com esta matéria e com esta área.

Portanto, enquanto o PS defende quem mais precisa, a AD tropeça nas suas propostas, tropeça nas suas contas, confunde as fórmulas e confunde os pensionistas. Contrariamente a essas migalhas geridas de acordo com o calendário eleitoral, o PS apresentou uma proposta que não é apenas uma escolha técnica, é uma afirmação de valores — solidariedade intergeracional, justiça social, compromisso com aqueles que construíram o Portugal que hoje temos, transformando a vida dos pensionistas e reforçando o contrato social entre gerações.

Apelo a todos que votem a favor desta proposta, em nome da dignidade dos nossos pensionistas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Governo, desde a primeira hora, tem a prioridade de aumentar o rendimento disponível das pessoas, nomeadamente, dos pensionistas e aposentados, mas sem colocar em causa a sustentabilidade da Segurança Social.

Exemplo claro é o orçamento para a segurança social, que torna o sistema mais justo e garante maior equidade na distribuição dos apoios sociais ao aumentar a proteção aos mais desfavorecidos, garantindo, ainda assim, o equilíbrio das contas públicas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Foi este Governo que decidiu aumentar o complemento solidário para idosos, compartilhar a 100 % os medicamentos e excluir o rendimento dos filhos para o cálculo de acesso à prestação. Com esta alteração, em outubro passado, já se registou um aumento de cerca de 48 beneficiários em relação a outubro de 2023. São medidas essenciais que nunca foram uma prioridade para o Partido Socialista, mas foram para este Governo.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Também foi este Governo que aumentou o subsídio do cuidador informal, uma matéria que foi alvo de uma importante revisão, que finalmente alargou o direito aos cidadãos e a dotação orçamental face ao orçamento anterior. Para os Governos do Partido Socialista esta matéria nunca foi prioridade, mas para este Governo sim.

E podia elencar um conjunto de medidas implementadas e orçamentadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, como, por exemplo, o aumento do salário mínimo ou a valorização do salário médio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — O debate de hoje vai muito para além do aumento extraordinário das pensões proposto pelo Partido Socialista,...

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Ah!...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... mas vamos, então, falar de pensões.

Importa abordar o presente dos pensionistas e aposentados e o futuro de todos aqueles que contribuem solidariamente para aquela que será a sua reforma e a sua pensão um dia. É nossa obrigação garantir que qualquer decisão que aqui tomemos não vá provocar um colapso do sistema no futuro e obrigar-nos a voltar atrás, como fez o Partido Socialista em 2010 — tempo de má memória! —, quando congelou e reduziu pensões.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Foi o Sócrates!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Concentrámo-nos, assim, no integral cumprimento da lei, porque este Governo vai cumprir aquilo que a lei determina e promover um aumento de pensões em mais de 670 milhões de euros, totalizando, só no ano de 2025, uma despesa conjunta com pensões que ascende a mais de 36 000 milhões de euros.

É nossa obrigação garantir uma valorização real dos rendimentos dos pensionistas, em especial os dos escalões com rendimentos mais baixos. Foi assim que o Governo se guiou, ao decidir atribuir o suplemento extraordinário, no presente ano, num valor superior a 400 milhões de euros,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... e assim voltará a fazer se as condições o permitirem.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ah, pois!...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Mas não nos podemos esquecer de todos os outros, a bem da responsabilidade orçamental. Sim, Sr. Deputado, o parecer da UTAO refere que qualquer proposta que aumente o valor a atribuir influencia o sistema de pensões e tem impacto orçamental.

Este Governo não se esconde, e desde a primeira hora disse ao que vinha: cumprir com os pensionistas e os aposentados naquilo que a lei consagra a nível das atualizações anuais — onde referiu «nem 1 € a menos».

Mas permitam-me esclarecer aquela que tem sido continuamente a retórica do Partido Socialista, ao alegar que o aumento permanente das pensões que propõe seria compensado pela redução de 1 ponto percentual no IRC. O que o Partido Socialista não diz é que o real impacto das contas apenas se irá refletir no ano de 2026,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... e este aumento de 1,25, se for aprovado, a acontecer, reflete-se permanentemente já em 2025.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o IRC não?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É permanente!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, 1 ponto percentual?!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PSD tem três certezas neste processo: queremos aumentar as pensões, queremos aumentar as pensões mais baixas, mas queremos ter a certeza de que existem condições financeiras para o fazer.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ora aí está!...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Que tenhamos consciência de que, na decisão que tomarmos, estará em causa o superior interesse de Portugal e dos portugueses para além do dia de hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada Isaura Morais tem dois pedidos de esclarecimento. Imagino que responda em conjunto aos dois, certo?

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro pedido de esclarecimento será do Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda. Faça favor, tem até 2 minutos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Muito obrigado.

Sr.^a Deputada, a proposta do bónus, do PSD, é uma proposta vazia.

Mas queria falar-lhe sobre dotação orçamental para os cuidadores informais, que, para 2025, na proposta do PSD e do CDS, é menor do que a que estava no Orçamento para 2024.

O Bloco de Esquerda apresenta uma proposta para que sejam consagrados 31 milhões de euros para os cuidadores informais. Curiosamente, é igualzinha à proposta que o PSD apresentou neste Parlamento, e aqui defendeu, há uns meses.

Portanto, pergunto-lhe se o PSD vai votar contra a proposta que há uns meses defendia, de 31 milhões de euros para os cuidadores informais.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O segundo pedido de esclarecimento será do Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem até 2 minutos.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, referiu vários elementos e foi a 2010, mas poderia ir, por exemplo, a 2015. É que nós, ao longo dos últimos anos, aumentámos os rendimentos das pensões, entre 2015 e o último ano da nossa governação, em 45 %. Ora, nós aumentámos as pensões em 45 %, mas o que estava no Programa Eleitoral da AD, em 2015, já depois da troica, era um corte de 600 milhões de euros nas pensões a pagamento.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Sandra Pereira.

Entregaram isso em Bruxelas. Entregaram, no plano de estabilidade em Bruxelas, um corte nas pensões a pagamento. E não fala sobre isso?!

Mais, nós fizemos este aumento das pensões com o aumento da sustentabilidade da Segurança Social. O FEFSS (Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social) teve um ganho de quatro décadas com a governação do Partido Socialista. Quatro décadas! Quatro décadas de ganho com os aumentos das pensões!

Portanto, a Sr.^a Deputada diz que o Governo não se esconde, mas o que nós não conseguimos encontrar é mesmo o aumento estrutural das pensões. Onde é que está o aumento estrutural das pensões no Orçamento da AD? Não está! Estará com uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de até 3 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda queria dizer que o valor que está no Orçamento para 2025 é bem superior em relação ao executado.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — É, é, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah, apanhado!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Eu repito: não era o orçamentado, era o executado, porque todos nós sabemos que os valores que estavam no Orçamento para 2024 ficaram sempre muito aquém da execução.

Aplausos do PSD.

Quanto às questões sobre a cronologia das principais mudanças nas pensões, sobre 2010 e 2015, como o Sr. Deputado referiu, sabe muito bem, todos nós sabemos, e os portugueses também sabem, a situação que o vosso Governo deixou a este Governo, e, sim, o que previu nas pensões.

Mas eu pensava que o Sr. Deputado ia referir-se às pensões em 2022,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oral!

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... quando o PS propunha uma redução de 1000 milhões, sendo o argumento a sustentabilidade da Segurança Social, e foi a oposição a não autorizar que tal acontecesse.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ó Sr.^a Deputada!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda em relação a este ponto sobre a atualização extraordinária das pensões, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar apenas três notas para comentar o posicionamento, designadamente, do PSD, e também do PS, relativamente a esta questão.

O PSD vem aqui manifestar, mais uma vez, a sua preocupação com a estabilidade e a sustentabilidade da segurança social. Não ouvimos nenhuma palavra, nem uma sílaba, sequer, relativamente a preocupações semelhantes que nos infundem, também, as borlas para o patronato, aliás, numa ordem de grandeza bastante superior.

Em relação à intervenção do Partido Socialista, gostaria de salientar que, sim, houve aumentos extraordinários, mas, sim, deveram-se, em boa medida, à intervenção do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Relativamente às propostas que estão em debate, é justo salientar que não fazem justiça para quem vive em situação tão injusta como estas largas centenas de milhares de reformados e pensionistas com baixas pensões. O que faz justiça, o que melhora, de facto, a vida das pessoas, são as propostas que o PCP apresentou e que aqui tem em discussão.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São só vocês e o Livre!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda relativamente a este ponto, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos ter um debate sério sobre o aumento do valor das pensões sem dizer que isso é sobrecarregar a geração atual e sem dizer que isso é comprometer o futuro das novas gerações.

Sim, na Iniciativa Liberal compreendemos que as pensões em Portugal são baixas, e essa é uma realidade que nos deve preocupar a todos, mas temos de ser claros. Pensões baixas são reflexo de um País estagnado e de salários baixos, e sem crescimento económico não há forma de garantir pensões dignas e sustentáveis no futuro.

A fórmula de atualização das pensões já prevê aumentos com base no crescimento económico, e é essa a ligação que garante justiça e sustentabilidade. Se os salários crescerem, as pensões futuras serão maiores.

Os aumentos permanentes de pensões, sem qualquer fundamento no crescimento económico, são uma despesa insustentável que recai sobre os trabalhadores de hoje e sobre as gerações de amanhã.

Porquê aumentar, agora, as pensões em 1,25 pontos percentuais acima do previsto, se já sabemos que, no futuro, muitos dos que hoje trabalham não vão sequer receber metade daquilo que hoje recebem? Um jovem de 35 anos que ganhe, hoje, 1500 € receberá, no futuro, uma pensão de cerca de 645 €.

Mais, Srs. Deputados do Partido Socialista, se o objetivo do PS fosse mesmo proteger os mais pobres, porque é que não propuseram aumentar o CSI (complemento solidário para idosos)? Pois é, porque o que dá mais jeito é abranger o maior número de eleitores possível, não é?

E, Srs. Deputados do PSD, os pagamentos extraordinários de pensões também não são a solução, não resolvem nada a longo prazo. Mas se, ainda assim, querem aumentar de forma imediata o valor disponível aos pensionistas, há uma solução bastante simples e concreta: reduzir os impostos, deixar que as pessoas fiquem com mais dinheiro no bolso, em vez de sobrecarregar ainda mais a economia.

Portanto, Srs. Deputados, o que é urgente é criar as condições para que Portugal cresça, para que os salários e as pensões possam subir e acompanhar esse crescimento. É esse o futuro que nós queremos. Um futuro para Portugal, um Portugal que dá dignidade aos mais velhos e que dá esperança aos seus mais novos.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o debate sobre a atualização de pensões é um debate essencial na discussão do Orçamento, e há três pontos fundamentais para discutirmos esta matéria.

O primeiro é, obviamente, a justiça para com aqueles que já encerraram a sua carreira contributiva, que já trabalharam, que já deram ao País e que, obviamente, merecem a melhor atenção para que vivam a sua velhice da melhor forma possível.

O segundo é o da solidariedade intergeracional. É que este compromisso não pode, obviamente, sacrificar também aqueles que, neste momento, são contribuintes ativos, que pagam essas pensões e que também estão, eles próprios, a constituir o seu direito de, um dia, virem a beneficiar do mesmo sistema de pensões.

O terceiro, e mais importante, é o da questão da sustentabilidade. Nada disto é possível se não for sustentável ao longo do tempo. É por isso que a lei tem um mecanismo regular de atualização que depende, essencialmente, de dois fatores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por um lado, da inflação, exatamente para que os pensionistas não vão perdendo poder de compra; por outro, do crescimento económico, para que haja uma sustentabilidade nestas atualizações e que os dois pontos se equilibrem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há uma questão que é essencial, que é a da discriminação positiva das pensões mais baixas. Portugal é um país que, por várias razões, tem ainda muitos pensionistas com pensões muito baixas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi por isso que uma das primeiras medidas deste Governo foi a atualização do complemento solidário para idosos, exatamente para permitir a estes pensionistas com pensões muito baixas recuperarem poder de compra e ganharem melhores condições de vida.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acresceu a isso uma medida também muito importante, a da comparticipação a 100 % dos medicamentos, porque sabemos quão importante é a despesa com medicamentos

para estes idosos, que, muitas vezes, têm de fazer opções inaceitáveis entre comprarem os bens mais básicos, como a sua alimentação, e comprarem os medicamentos de que precisam por razões de saúde.

Por outro lado, também, retirámos do acesso ao complemento solidário para idosos o rendimento dos filhos, que, obviamente, distorcia a realidade relativamente a muitos destes idosos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, priorizámos os que mais precisavam. Mas, atendendo àquela que foi a execução orçamental do ano corrente, de 2024, procedemos também à atribuição de um suplemento extraordinário para os pensionistas, considerando exatamente aquele que tinha sido o desempenho do ano em curso, permitindo a sustentabilidade do sistema e uma melhoria das condições para os mais velhos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Para este ano o que é que propomos? Cumprir a lei, ou seja, manter a atualização do poder de compra dos pensionistas, que a lei prevê através da atualização em função da inflação,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e atender ao crescimento económico para manter a sustentabilidade.

O que é que manter a sustentabilidade garante? Garante uma coisa muito simples: que aquilo que aconteceu em 2011, com o Partido Socialista, não volta a acontecer, porque há Governos irresponsáveis que aumentam as pensões, mas que, depois, a seguir, as congelam ou cortam.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi exatamente o que fez o Partido Socialista!

Se deixarmos o Partido Socialista à solta, para fazer este tipo de aumentos, o que o Partido Socialista faz é, num ano aumenta e diz: «Afinal todos têm direito a tudo»,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — O que andaram a fazer nos últimos oito anos?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... no ano seguinte diz: «Isto afinal está muito mal, vamos ter de cortar ou congelar.» Isso não é governar; isso é iludir, isso é mentir.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Assumam as vossas posições!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é frustrar: frustrar as novas gerações, iludir as gerações mais velhas e comprometer a sustentabilidade do País. Nada disso faz sentido.

Srs. Deputados, se querem verdadeiramente alterar aquele que é o mecanismo de atualização de pensões, de forma sustentável, proponham a revisão da lei.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acham que os critérios estão mal? Acham que a atualização legal e anual não está a cumprir a sua função? Proponham a alteração da lei e vamos discutir os critérios. Agora, não discutam, num Orçamento, uma atualização extraordinária que não tem sustentabilidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem sustentabilidade e também não tem credibilidade quem o propôs, porque quem o propôs, quando a lei previa um aumento mais significativo, em função do que aconteceu com a inflação, tentou até à última não cumprir a lei,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... não aumentando os pensionistas, e aí, sim, prejudicando-os relativamente ao seu poder de compra.

Protestos do PS.

Por isso, a Aliança Democrática tem um caminho que é muito claro: pretendemos investir na melhoria das condições para que tenhamos crescimento económico; pretendemos que esse crescimento económico permita às empresas, através da redução dos impostos das empresas — é verdade! —, pagar melhores salários e que, pagando melhores salários, aumentem as contribuições para a Segurança Social e que, aumentando o crescimento económico, aumentando os lucros das empresas, aumentando os salários dos trabalhadores, aumentando as contribuições para a Segurança Social, aí, sim, tenhamos um modelo virtuoso que nos permita dignificar aqueles que já contribuíram e que poderão beneficiar de melhores pensões.

Nivelar por baixo nunca foi o nosso caminho. Esse é o caminho do Partido Socialista e não o apoiaremos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pereira, do PSD.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente ao debate que está a decorrer, convém lembrar o compromisso do Governo relativamente ao aumento do valor do complemento solidário para idosos. Trata-se de um compromisso que assumimos, desde a primeira hora, com os mais frágeis dos mais frágeis, e que prevê atingir o valor de 820 € até 2028.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os portugueses saberão distinguir aqueles que vêm agora, à 25.^a hora, propor aumentos que durante os oito anos em que governaram o País, e em que ajudaram a governar o País, nunca ousaram implementar.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — O Governo, logo após assumir funções, procedeu ao aumento em 50 € do valor de referência do CSI, passando este dos 550 € para 600 € mensais; eliminou, como já aqui foi dito, os rendimentos dos filhos como critério de exclusão da atribuição desta prestação, fazendo-a chegar a ainda mais pensionistas; e promoveu o fornecimento gratuito de medicamentos, sob prescrição médica, a todos os beneficiários do complemento solidário para idosos. E, este ano, propomos ainda aumentar em mais 30 € o valor de referência, perfazendo os 630 € mensais.

Isso também é aumentar pensões, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, faço uma intervenção breve, porque julgo que este debate tem sido já clarificador, designadamente, através das intervenções da Sr.^a Deputada Isaura Morais, do Sr. Deputado João Almeida e, agora, da Sr.^a Deputada Sandra Pereira.

De facto, quando ponderamos, avaliamos e refletimos sobre a atualização de pensões e o eventual aumento das reformas, temos de ter dois critérios: um critério da justiça, se quisermos justiça social, mas também um critério de responsabilidade, designadamente de responsabilidade orçamental e financeira. Ora, do ponto de vista da justiça social, acho que há uma convergência grande, um consenso na sociedade portuguesa, de que o País ainda vive com pensões demasiado baixas. É por essa razão que este Governo tem feito, como já aqui foi bem expresso, ainda agora, muito mais do que aquilo que tinha vindo a ser feito nos anos anteriores, designadamente nos últimos oito anos.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — O quê?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Este Governo assumiu, desde a primeira hora, a necessidade de impulsionarmos mais justiça social, designadamente, de darmos mais rendimentos aos portugueses, aos portugueses em geral, em particular aos idosos, aos pensionistas, e, dentre estes, àqueles pensionistas que estão mais vulneráveis, que estão mais débeis do ponto de vista económico e do ponto de vista social.

Por isso, decidimos — esta foi uma das primeiras, se não mesmo a primeira decisão assumida por este Governo — um aumento do complemento solidário para idosos, precisamente para chegarmos àqueles que mais necessitam do apoio de todos nós. E, já este ano, houve um aumento, e esses cidadãos já estão a sentir o impacto da nossa decisão.

Na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2025, decidimos propor um novo aumento, que está aqui em discussão, e já assumimos o compromisso — que vamos cumprir, porque cumprimos os compromissos — de, até ao final da Legislatura, podermos atingir, eu diria, um limiar mínimo de subsistência para todos os pensionistas portugueses, para todos os idosos portugueses, na casa dos 820 €.

Portanto, no final da Legislatura, ninguém viverá em Portugal com menos de 820 € de rendimento como limiar mínimo.

Esse foi, de facto, um passo importante, mas não é um passo único. Temos feito muitas outras coisas à volta disso, como o acesso a medicamentos gratuitos para estes mesmos idosos — já aqui referido insistentemente —, uma medida de que também nos orgulhamos, porque é da mais inteira justiça social.

Mas, de facto, se temos este critério de justiça social e reconhecemos que temos de continuar a valorizar, a apostar e a incrementar o rendimento dos nossos pensionistas e reformados, para o PSD, para o CDS, para este Governo, é também absolutamente claro que tem de haver um critério e uma ponderação de responsabilidade.

Percebe-se que o Partido Socialista, por vezes, se esqueça deste critério. Já o fez várias vezes no passado, e isso levou-nos a algumas bancarrotas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Admito que o Partido Socialista pensará que, mais uma, menos uma bancarrota, isso não seja muito grave, até porque, depois, normalmente, aparece sempre um Governo liderado pelo PSD e pelo CDS que vem resolver o problema e assume o ónus, nomeadamente eleitoral, das medidas que é preciso implementar, depois da irresponsabilidade do Partido Socialista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É a nossa sina!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ora, mas nós não temos essa visão. A nossa visão da causa pública não é meramente eleitoralista, nem de conjuntura, nem de oportunismo. Nós temos uma visão

diferente, e é por isso que, com sentido de responsabilidade, dizemos que a nossa opção não é essa. A nossa opção é, de facto, de acompanharmos a execução orçamental durante o ano de 2025, podermos ir monitorizando a conjuntura que vamos encontrar e que vamos ter de enfrentar, que, evidentemente, também incorpora alguma incerteza — todos o reconhecemos, penso eu —, e então, na medida disso mesmo, podermos, então sim, quando estivermos seguros da decisão e do impacto da decisão, aumentar os pensionistas, designadamente com um suplemento extraordinário, como, aliás, já fizemos em 2024.

São dois critérios diferentes, de facto, são duas opções e dois caminhos distintos. Nós estamos seguros de que o nosso é aquele que melhor cuida do dinheiro público, do dinheiro de todos nós, é aquele que melhor defende os direitos, os interesses de todas as gerações, incluindo dos pensionistas, porque, também já aqui foi lembrado, já tivemos circunstâncias no passado em que, com irresponsabilidade, Governos de esquerda socialista, apoiados por vezes até pela extrema-esquerda, tomaram decisões, designadamente a este respeito, e, depois, foi preciso voltar para trás.

Nós não queremos, de facto, defraudar essas expectativas, preferimos dar passos seguros...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Está-se a referir a quê? Está-se a referir a quê?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Calma! Não é preciso gritar!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... que garantam confiança junto dos portugueses e que garantam sustentabilidade ao nosso sistema de Segurança Social e à nossa realidade orçamental.

É para nós muito clara esta opção. Nós queremos melhorar a vida dos portugueses em geral, estamos a dar passos, julgo eu, muito claros, os portugueses sentem-no hoje em dia, mas estamos a fazê-lo de forma sustentada, não estamos com irresponsabilidades. Aliás, eu recordo-me bem de o líder da oposição, ainda não há muitas semanas, dizer que este era o Governo que estava a dar tudo a todos e que não estava a fazer contas e, portanto, era uma enorme irresponsabilidade.

Protestos do PS.

Passaram muito poucas semanas e, de repente, já é o Partido Socialista que está a ir mais longe, ou a querer ir mais longe, julgo eu, por razões meramente eleitoralistas e de oportunismo político, que este Governo,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

... não precavendo a sustentabilidade das nossas contas públicas.

É por isso que faço um apelo a que haja razoabilidade, haja sensatez e haja precaução, também a este respeito. Com o dinheiro dos portugueses, em particular com o dinheiro das pensões, não podemos brincar. Nós temos de dar passos seguros, e é isso que este Governo se propõe: dar passos seguros para assim podermos, sustentadamente, aumentar os rendimentos dos nossos pensionistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Ministro tem uma pergunta da parte do Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro tem na mão 1800 milhões de euros. O Sr. Ministro acha que é mais justo alocá-los ao aumento das pensões e reformas ou oferecê-los de bandeja a quem mais tem, que são as grandes empresas, em borlas fiscais?

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu não respondia! Isto não tem resposta!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Ministro quer responder?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, é a única pergunta?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — É sim, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Tenho todo o gosto em responder, sim.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, agradeço a questão. Confesso que não tenho a ilusão de achar que o vou convencer com esta minha resposta, porque eu percebo que o Partido Comunista tem esta visão — perdoar-me-á que diga —, uma visão fechada, que, de facto, parece imutável desde já há umas décadas.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Ninguém quer ser convencido!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É uma opção!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Na verdade, quando estamos a gerir o Orçamento do Estado, temos de olhar para a realidade nacional, para todo o conjunto do País e temos de perceber algo que é relativamente básico: nós nunca vamos conseguir distribuir riqueza se não a criarmos.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Mais um chavão!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sem termos riqueza, não vamos conseguir redistribuí-la.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E para criar riqueza, para gerar riqueza, nós temos, evidentemente, de ter uma economia que gere essa mesma riqueza.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Porque para nós também não há ilusões: não é com uma economia planificada, do estilo soviético, que nós vamos conseguir gerar rendimentos suficientes...

Protestos do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é o que vocês querem?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Assumam!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... para, depois, podermos dar qualidade de vida às pessoas, aos cidadãos, designadamente aos pensionistas.

É por essa razão que nós temos, de facto, uma visão muito diferente.
Nós acreditamos na economia de mercado; não acreditamos em borlas fiscais,...

Protestos do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... mas acreditamos que o Estado deve criar condições para que os cidadãos, de forma individual, organizando-se em empresas ou noutro tipo de organizações, possam contribuir para, dessa maneira, gerar a riqueza necessária para depois o próprio País poder, dessa maneira, redistribuir designadamente junto dos mais vulneráveis, daqueles que mais necessitam da solidariedade, da cooperação de todos nós.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É por essa razão que nós acreditamos muito e estamos também empenhados em revitalizar a economia portuguesa, em fazer a economia portuguesa crescer para, dessa maneira, podermos ter riqueza e, dessa maneira, criarmos mais justiça social, designadamente dando melhores condições de vida aos nossos pensionistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

Pausa.

O Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, faço uma interpelação à Mesa para pedir a distribuição de dois documentos que solicitamos que sejam enviados ao Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém lê!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu apago logo!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — O primeiro diz respeito ao impacto orçamental da proposta de alteração do Partido Socialista, que foi solicitada pelo PSD, mas que pelos vistos o Governo desconhece, porque voltou a falar das contas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Não gostou, não gostou!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — A UTAO confirma a sustentabilidade das contas da proposta do Partido Socialista.

O outro é um documento com a evolução do aumento do CSI.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso é uma intervenção. Ninguém quer saber disso!

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Entre 2015 e 2024, aumentou todos os anos. Os partidos que compunham a AD votaram contra todos esses Orçamentos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa procederá à distribuição desses documentos. Tem, então, a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social** (Jorge Campino): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Tiago Ribeiro, o Governo refuta de forma veemente — de forma veemente! — a dita falta de rigor ou o não saber calcular fórmulas, confundir fórmulas, confundir pensionistas.

Para 2025, considerou-se uma atualização de 3,1 %, como referiu, para as pensões até 2 IAS (indexante dos apoios sociais); 2,6 % para as pensões entre 2 e 6 IAS; e 2,35 % para as pensões acima de 6 IAS e até 12 IAS, conforme consta da Lei n.º 53/2006. Isto, considerando ainda o efeito do aumento do número de pensões de 1,3 % em 2025.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Não é isso!

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social**: — E queria dizer ao Sr. Deputado — porque ultimamente tem sido referido isto na comunicação social — que este valor foi estimado em junho de 2024 e, de acordo com a lei, uma parte, são 20 % do crescimento real da economia, que corresponde pelo menos, no mínimo, a 0,5 pontos percentuais, o que aplicado na vossa fórmula dá, o restante para a taxa do índice de preços no consumidor (IPC), cerca de 2 %.

E depois diz a lei que a parte referente ao índice de preços no consumidor sem habitação é a média dos últimos 12 meses do IPC disponível em dezembro do ano anterior ao que reporta a atualização, ou em 30 de novembro, se aquele não estiver disponível à data da assinatura do diploma de atualização.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Qual é o valor?

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social**: — Como é que V. Ex.^a pode dizer que os valores estão errados se os valores definitivos do INE só são conhecidos no dia 15 de dezembro?

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Ah!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Deixem ouvir!

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social**: — V. Ex.^a, provavelmente, está-se a referir às taxas de variação homólogas que estão publicadas no Banco de Portugal, que são de 2 %, e que, em junho, quando o fizemos, eram de 2,6 %.

Refuto completamente aquilo que foi dito, porque dizer, com garantia, que estamos a confundir pensionistas quando só é conhecido o valor a 15 de dezembro, acho que quem está a confundir os pensionistas não somos nós.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social**: — E quero referir a V. Ex.^a o seguinte sobre o método de cálculo que está na fórmula do IPC, que serve aos 3,1 %: ontem consultei os dados do INE — e o INE é a entidade competente —, que são públicos e que estão no *site* e estão aqui,...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, essa taxa que vocês dizem estar errada,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês?!!

O Sr. **Secretário de Estado da Segurança Social**: — ... até novembro, é de 3 %, ou seja, ainda dá um valor superior àquele que nós referimos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Ministro, parabéns!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos, agora, à discussão da proposta 2069-C, relativa ao mesmo artigo 45.º-A.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Barros, do PSD.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr.ªs e Srs. Deputados, o PSD também propõe para este Orçamento do Estado que se possa avaliar o desenvolvimento de incentivos à criação de salas de creches nas empresas, para os seus trabalhadores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Boa medida!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Pretendemos que este tema seja amplamente discutido na concertação social, em diálogo entre o Governo, os representantes dos trabalhadores e das empresas, e porque isto vai precisamente no sentido daqueles que são os nossos desígnios no âmbito da demografia, da natalidade, da coesão territorial e da valorização efetiva do trabalhador, no âmbito das matérias da parentalidade e, também, particularmente, nas questões que dizem respeito à ascensão da mulher no local de trabalho.

Neste sentido, Sr.ªs e Srs. Deputados, pretendemos que se valorize ou se incentive, também, a fixação de mão de obra em zonas e setores mais difíceis. É essa a nossa proposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos, agora, entrar na Secção II, relativa ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Passamos à discussão do artigo 69.º — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

Pausa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, devo dizer-lhe que é um gosto vê-lo nesse lugar.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, trago aqui duas folhas para recordar ao Governo o que era o Programa Eleitoral da AD.

«Mudança segura», diziam em março deste ano — mudança segura!

O orador exibiu um dos documentos que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Enganaram os portugueses!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E uma das coisas que diziam era: redução gradual de IRC de 21 % para 15 %, ao ritmo de dois pontos percentuais ao ano. Aqui está, para que toda a gente possa ver o que foi uma promessa deste Governo da AD.

O orador exibiu o outro documento que mencionou.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Srs. Deputados, o que acontece é que os portugueses ficarão a saber que este Governo, esta coligação, mentiu. Mentiu descaradamente aos portugueses.

Aplausos do CH.

E mentiu porque foi encostado à parede, com o seu parceiro de 50 anos de estrada: o Partido Socialista.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São estes dois partidos os responsáveis.

O Sr. Ministro dizia há pouco, desta tribuna, que para se criar e distribuir a riqueza é preciso incentivar. Mas como é que vamos incentivar as empresas, como é que vamos criar riqueza, como é que vamos aumentar salários, se temos a segunda taxa estatutária máxima de IRC a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É de 31,5 %! Repito, é de 31,5 % — corresponde a 21 % de imposto e a 9 % de derrama estadual. Desculpem, Srs. Deputados, desculpe, quem nos ouve, mas isto é um roubo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É um roubo que tem oito anos e que continua a ser alimentado por um Governo que se diz de direita.

Protestos do Deputado da IL Mário Guimarães Pinto.

Srs. Deputados, um Governo que se diz de direita jamais — jamais! — pode ceder às pretensões da esquerda, jamais pode inviabilizar a criação de condições para as empresas prosperarem.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, a proposta que o Chega traz é de redução de 2 %. Vamos ver se vocês e se o Governo estão disponíveis para se desculparem perante os portugueses e honrarem o vosso compromisso.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A redução do IRC é uma medida fundamental deste Orçamento do Estado, é mesmo uma medida identitária deste Orçamento do Estado, porque é uma medida fundamental para pormos o País a andar para a frente.

A explicação é muito simples: Portugal tem das taxas de IRC mais elevadas da União Europeia e da OCDE,...

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

... e são as empresas que criam riqueza em Portugal e no resto do mundo.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Os trabalhadores é que criam riqueza!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, é fundamental reduzirmos o IRC, para que as empresas possam participar de uma forma mais robusta no crescimento económico do País. É simples; é tão simples como isto.

A redução do IRC — e isso é demonstrado por inúmeros estudos nacionais e internacionais e por exemplos de outros países — é também fundamental para aumentarmos salários.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Evidente!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Porquê? Porque empresas que pagam menos impostos são empresas que têm mais disponibilidade e mais espaço para pagarem melhores salários.

Protestos dos Deputados do PS Alexandra Leitão e Miguel Cabrita.

Precisamos de melhores salários em Portugal, mas não como a esquerda quer, ou seja, definidos de uma forma administrativa ou abrangendo exclusivamente o setor público ou o setor estatal. Precisamos de salários médios, salários que representem, de facto, o crescimento económico e o aumento da capacidade das empresas portuguesas.

Esta redução do IRC ocorre 10 anos depois da última redução do IRC, que ocorreu em 2015. Respondendo ao Chega, nós não temos de ouvir lições de moral de nenhum partido. A AD, entre 2013 e 2015,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A AD?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não existia AD!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... reduziu o IRC em 4 pontos percentuais.

Protestos de Deputados do CH.

Nós queríamos, de facto, reduzi-lo em 2 pontos percentuais, mas uma coisa é o Orçamento que gostaríamos de apresentar, outra coisa é o Orçamento que podemos apresentar, tendo em conta as circunstâncias parlamentares.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Está na altura de reduzir o IRC, está na altura de acabar com os preconceitos ideológicos e de pôr a economia a crescer.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

É isso que este Governo propõe, é isso que esta maioria vai votar.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aprofundamento da injustiça fiscal, mais benefícios aos grupos económicos — é esta a opção do PSD e do CDS, com o apoio do Chega e da Iniciativa Liberal, caucionada pelo PS. De uma só penada, estes partidos contribuem para a acumulação de lucros pelos grupos económicos e abdicam de receita do Estado para investir nos serviços públicos.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Só em benefícios fiscais, como o regime dos residentes não habituais e a redução do IRC, estima-se que sejam mais de 4 mil milhões de euros de receitas de que o Governo abdica e que são necessárias para investir na saúde, na educação, na proteção social, na habitação, nos transportes públicos.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Estas são as opções responsáveis pelo agravamento dos problemas e pelas crescentes desigualdades.

Do que o País precisa não é de reduzir o IRC, que favorecerá sobretudo as grandes empresas. Do que o País precisa é de justiça fiscal, aliviando a tributação sobre os rendimentos de trabalho e das micro, pequenas e médias empresas (MPME), e tributando de forma mais efetiva os lucros dos grupos económicos.

É por isso que o PCP propõe a progressividade do IRC, designadamente a redução da taxa de IRC para as MPME para 12,5 %, nos primeiros 15 000 € de matéria coletável, e para 16 % entre 15 000 € e 50 000 €. Por outro lado, propõe o agravamento da derrama estadual para 14 % para empresas com lucros superiores a 50 milhões de euros.

O PCP propõe também a tributação dos lucros gerados em Portugal. Não é aceitável que os grupos económicos coloquem as suas sedes fiscais fora do País para fugirem aos impostos. Propõe ainda a eliminação dos benefícios fiscais, que beneficiam sobretudo as grandes empresas, e uma contribuição extraordinária de 35 % sobre os lucros, para lucros superiores a 35 milhões de euros nos setores da banca, energético, segurador e da grande distribuição.

São obscenos os lucros dos grupos económicos. Só nos primeiros nove meses deste ano — veja-se lá! — os lucros da banca aumentaram 19 %, para 3900 milhões de euros; os da EDP aumentaram 14 %, para mais de 1000 milhões de euros; os da Galp aumentaram 24 %, para 890 milhões de euros. Não podemos compactuar com esta injustiça.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta inicial do PSD era a de descer o IRC de 21 % para 19 % em 2025, e o PSD dizia que essa redução custaria 500 milhões de euros. A UTAO fez as contas: não custa 500 milhões de euros, custa 732 milhões de euros.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Pois é!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isto quer dizer que mesmo a versão mitigada, aquela que o PS disse que iria viabilizar, de 21 % para 20 %, não custa 250 milhões, custa 366 milhões de euros.

Acabámos de sair de um debate em que o PSD andou a regatear o aumento de pensões, que custava 270 milhões de euros, mas não quer saber que a descida do IRC custe mais 100 milhões do que aumento de pensões e mais 100 milhões do que estava previsto.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é muito diferente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Ministro agora não está aqui, mas sensibilidade, sensatez, responsabilidade, precaução,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem é que paga as pensões?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... todas estas palavras se aplicam à descida do IRC, que, sabemos agora, vai custar mais 100 milhões do que estava previsto, portanto, 366 milhões de euros. Os pressupostos desta discussão mudaram...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Como é que vocês querem sustentar os imigrantes?! As empresas têm de produzir!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e toda a exigência é sobre o Partido Socialista, para que chumbe esta proposta, para que vote contra a descida do IRC — que sabemos agora que vai custar mais 100 milhões de euros — e para que não compactue com esta irresponsabilidade.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro — que não está agora aqui —, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: Nota-se bem a falta de ambição que tem pautado a discussão do Orçamento do Estado, no que diz respeito a esta matéria do IRC, quando estamos não só há meses, mas ainda agora, outra vez, a discutir se o IRC baixa um ponto ou dois pontos.

Nota-se também a mesquinhez de alguns discursos, como o que agora acabámos de ouvir, quando se quer penalizar todos apenas porque uma pequena fração das grandes empresas fica a pagar menos IRC.

Portanto, entre a falta de ambição e a mesquinhez, a verdade é que o País não cresce.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Efetivamente!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Esta discussão, nesta pequena dimensão, não tem grande sentido, considerando que Portugal apresenta a segunda taxa estatutária máxima de IRC mais elevada da OCDE, de 31,5 %.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Efetivamente!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Todos sabemos que só uma taxa de IRC mais baixa pode aumentar a atratividade de um país para o investimento estrangeiro, que é essencial para o crescimento económico.

Países como a Irlanda ou a Estónia, com um IRC reduzido, conseguiram atrair empresas, o que gerou emprego, inovação, e fortaleceu a competitividade da economia. E nós continuamos aqui, com a segunda taxa estatutária máxima mais alta da OCDE.

Todos sabemos também que a competitividade em IRC é essencial para atrair e reter empresas, sendo fundamental uma taxa de IRC que possa realmente competir com as de outras economias, coisa que a nossa claramente não faz.

Por isso, a proposta da Iniciativa Liberal de reduzir o IRC para uma taxa única de 12 % representa uma resposta ambiciosa e eficaz, fundamental para pôr o País a crescer.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Sabemos a importância de baixar substancialmente este imposto, pois só com uma descida acentuada conseguiremos tornar Portugal mais competitivo a nível fiscal, criando um ambiente favorável ao investimento e

ao crescimento económico. Só assim se conseguem aumentar salários e pensões, só assim se produz a riqueza que permite sustentar os nossos serviços públicos e aliviar a vida das pessoas e das empresas, retirando-as da asfixia em que se encontram atualmente. Só por puro preconceito se continua a insistir nas mesmas políticas de sempre, à espera de resultados diferentes.

Srs. Deputados, é preciso fazer diferente se queremos mudar o rumo do País. É preciso ter a coragem de deixar esta falta de ambição e a mesquinhez, que resultaram nesta proposta de redução marginal de apenas um ponto percentual do IRC no Orçamento do Estado para 2025, de lado; só a proposta da Iniciativa Liberal contribui decisivamente para pôr o País a crescer.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Filipe Melo — agora não consigo ver onde está, foi almoçar, por certo, mas, ainda assim, vou-me dirigir à bancada do partido Chega —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está cá o líder parlamentar!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — ... um ponto percentual de descida transversal do IRC, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não representa a dimensão da nossa ambição, mas representa, sim, a dimensão do nosso compromisso...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com o PS!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — ... com o maior partido da oposição,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com o PS, ora bem! Então assumam isso!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — ... para garantir a viabilização da proposta de Orçamento do Estado para 2025.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS agradece!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Trata-se de um compromisso para o qual, apesar das inúmeras tentativas do Governo, os demais partidos da oposição não demonstraram disponibilidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — A nossa ambição é outra, e os portugueses conhecem-na. A nossa ambição é a de passar por uma redução de dois pontos percentuais ao ano, de modo a se atingir, em três anos, a taxa de 15 %.

Acreditamos que a redução significativa e transversal do IRC traria inequívocos benefícios em termos de investimento, em termos de eficiência empresarial, em termos de desenvolvimento de produtos inovadores com maior valor acrescentado, permitindo às empresas obter ganhos de escala, criar postos de trabalho, pagar melhores salários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Tudo isso é particularmente evidente, sabendo-se que — como, aliás, já foi aqui referido — Portugal tem a segunda taxa marginal mais alta da União Europeia e tem o segundo sistema fiscal menos competitivo para as empresas na OCDE.

É uma pena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Partido Socialista não tenha esta ambição, não tenha confiança nos autarcas e alinhe no discurso da esquerda à sua esquerda, mais radical, que tem a narrativa de que a descida transversal do IRC só favorece as grandes empresas, porque, diz a extrema-esquerda, à esquerda do Partido Socialista, as pequenas empresas não pagam impostos. Isso é falso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Isso é absolutamente falso! Pagam! Pagam! Pagam; quase dois terços do IRC é pago por pequenas e médias empresas.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua citou o relatório da UTAO, mas não o leu na íntegra.

Protestos de Deputados do BE.

É que o relatório da UTAO também nos diz, relativamente a essas projeções, e vou passar a citar: «Qualquer projeção para 2024 e 2025 encontra-se sujeita a muita incerteza. ...»

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Claro!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — «... Decorre do funcionamento da economia, das regras fiscais, de fatores específicos de sujeito passivo e de um método de estimação dos mínimos quadrados.»

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Diz-nos ainda o relatório que «As previsões de impacto no IRC que virá a ser liquidado com base no exercício económico das empresas em 2025 e nas regras fiscais de determinação da liquidação vigentes em 2025 estão sujeitas a erro.»

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua precipitou-se nas suas conclusões.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

Para o formular, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, quero cumprimentá-lo e saudá-lo pela sua lucidez e por, felizmente — e finalmente —, assumir que o PSD tem um acordo com o Partido Socialista.

É que, no debate deste Orçamento do Estado, aquilo que nós tínhamos visto até aqui era o PS e o PSD zangadíssimos uns com os outros. Mas agora não; hoje, o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira disse que têm um compromisso com o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Felizmente assumiu! Assumiu a relação, assumiu aquilo que a bancada do Chega tem vindo sempre a dizer, ou seja, que existe uma relação entre o PSD e o Partido Socialista, que, finalmente, foi assumida.

Por isso, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, tenho de saudá-lo. E essa decisão, deixe-me dizer-lhe também, foi uma decisão vossa, porque renegaram a direita, traíram o voto dos portugueses, traíram a direita portuguesa, e a decisão foi essa.

Aplausos do CH.

Os senhores falharam aos portugueses, falharam com o vosso Programa Eleitoral. Quando vamos a eleições com um Programa Eleitoral, temos de o cumprir e os senhores não cumpriram o vosso Programa Eleitoral.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os senhores são uma fraude à direita portuguesa. Os senhores são uma fraude à direita portuguesa e nós nunca podemos admitir isso.

Aplausos do CH.

Será curioso ver como é que o PSD vai votar a proposta do Chega de reduzir em dois pontos percentuais a proposta do IRS.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Contra! Contra!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já estão a dizer que é contra.

É normal, porque quem faz um acordo com o Partido Socialista nunca pode votar a favor de uma proposta do Chega. Essa é que é a nossa grande diferença, Srs. Deputados.

Aplausos do CH.

Quando é que vão cumprir o vosso Programa Eleitoral? Quando é que vão cumprir a vossa palavra para com os portugueses?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, caso pretenda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, naturalmente terei imenso gosto em responder ao Sr. Deputado Pedro Pinto.

Sr. Deputado Pedro Pinto, onde é que andou este tempo todo? Ainda não se tinha apercebido de que nós tínhamos assumido um compromisso com o Partido Socialista?

Vozes do CH: — Ah...!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Agora para o Tiktok!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ainda não tinha percebido isso? E sabe porquê? É um compromisso para viabilizar a proposta de Orçamento do Estado para 2025, disponibilidade essa que o Partido Chega nunca manifestou; nunca manifestou nos termos em que nós conhecemos.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

E mais, Sr. Deputado Pedro Pinto: não negámos o nosso compromisso com os portugueses, nem nos esquecemos do compromisso com os portugueses. O nosso compromisso é para quatro anos, Sr. Deputado. Nós haveremos de lá chegar!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para pedir que se distribua a notícia da campanha eleitoral das eleições do dia 10 de março, onde Luís Montenegro diz «não é não» ao Chega.

Aplausos do CH.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Distribuam, sim! Distribuam, que a notícia é boa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa fará isso.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — «Não é não», mas há reuniões secretas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, fica esclarecido quem é que disse logo «não é não» e quem é que queria um acordo com o Partido Socialista.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, agora, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, à medida que a discussão do Orçamento do Estado avança, se dúvidas houvesse, elas ficam esclarecidas: este não é, não será, nem nunca seria o orçamento do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mau!...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Então ele acabou de o dizer!...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E uma das áreas em que, muito antes de ser conhecida a proposta, sabíamos que não seria o orçamento do PS, era precisamente sobre o IRC.

O Governo tem uma ideia fixa, uma ideia, aliás, acompanhada, como se vê, pela direita, que é a de descer a taxa estatutária de imposto sobre as empresas de maneira cega e absolutamente transversal...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para pôr o País a crescer!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — ... e tratar todas as empresas, todos os empresários por igual, independentemente da empresa, da situação e da política empresarial.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Todas! Sem o Estado se meter!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — O Governo acredita, erradamente, que descer a taxa estatutária de IRC para todos por igual é uma necessidade, é uma prioridade, é uma solução e vai, supostamente, gerar mais crescimento económico.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Exatamente!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mas, à cautela, já pôs na gaveta a previsão que tinha no cenário macroeconómico e, afinal, a economia só cresce 1,8 % até 2028, portanto, muito abaixo daquilo que tem crescido ao longo dos últimos anos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Estamos a ser ultrapassados pelos países de leste!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ao mesmo tempo, o Governo e a AD também não nos explicam: então, afinal, não foi com a atual taxa de IRC que o país cresceu acima dos 2 % nos últimos anos, acima da média da União Europeia?

Não foi com esta taxa de IRC que o País bateu recordes de emprego, hoje, acima dos 5 milhões de pessoas; que o investimento direto estrangeiro, que aqui há bocadinho se invocava, bateu recordes em 2023; que as exportações atingiram 50 % do PIB (produto interno bruto)? Afinal, foi com esta taxa de IRC. Pasmese!

Mas o Governo mantém a sua ideia fixa, que o PS, aliás, criticou desde o primeiro dia. Mas não é só o PS que contradiz o Governo; é a realidade, são os dados, são todas as entidades internacionais.

Se não repare: em primeiro lugar, a taxa efetiva de IRC, como os senhores bem sabem, é inferior aos 21 %.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É das maiores!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Poucas empresas, só as maiores, pagam acima. Os senhores gostam, aliás, de invocar a taxa máxima que, como sabem muito bem, pouca ou nenhuma empresa em Portugal paga.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — São 290 000 empresas!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mais: a cobrança de impostos sobre as empresas em Portugal está exatamente na média europeia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Acha?!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Exatamente na média europeia.

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que se ganha na competitividade?! Se está na média, perdemos competitividade!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Portugal não tem um problema de carga fiscal sobre as empresas.

Mais ainda: a OCDE escreve nos seus relatórios que a esmagadora maioria dos países da OCDE hoje apostam em decidas seletivas do IRC, como o PS tem defendido e, aliás, praticou.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que falta de ambição...!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Mas se isto não fosse razão bastante, olhemos para os dados de cobrança fiscal: quase 40 % das empresas não pagam sequer IRC em Portugal; pelo contrário, 40 % da receita de IRC é arrecadada junto de 0,2 % das empresas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — São 290 000 empresas!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São as empresas, as maiores das maiores, que pagam quase metade da receita de IRC em Portugal. Aliás, dois terços da receita do IRC é liquidada por empresas com volumes de negócio superiores a 2 milhões de euros.

Protestos do PSD, da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Então isso é pouquinho?! São empresas pequenas!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Srs. Deputados, 95 % das empresas são microempresas, essas, como as PME (pequenas e médias empresas), já pagam taxas de IRC muito abaixo, em particular nos lucros, até aos 50 000 €.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Estão muito incomodados, mas os números são estes e não são números do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Por tudo isto, perante estes dados, é bom de ver quem é que o Governo e a direita querem beneficiar com uma descida cega da taxa de IRC.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A economia!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os trabalhadores!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Os salários!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São as grandes empresas e, dentro dessas, as maiores das maiores empresas.

Protestos da IL e do CDS-PP.

São essas grandes empresas as que batem recordes de lucros, que batem recordes de dividendos...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Preconceito ideológico!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Eu posso parar, mas a verdade não deixa de ser esta. São, de facto, as grandes empresas, as empresas da maior dimensão que serão beneficiadas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Com o acordo do PS!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E nisto...

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Um momento só, Sr. Deputado. Srs. Deputados, agradecia que deixassem falar o Sr. Deputado. Queira prosseguir, por favor.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Nesta ânsia de beneficiar as grandes empresas, nisto nós temos de louvar a coerência do Governo, porque, tal como no IRS Jovem, o PS impediu o Governo...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o PS a fazer de Bloco!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — ... de beneficiar de maneira injusta e desproporcionada os jovens de famílias com mais rendimentos; no IRC, com as políticas do Governo, seriam as grandes empresas a ser beneficiadas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Aliás, não deixa de ser curioso, ouvimos há pouco o Deputado Paulo Núncio dizer que em 2014 e 2015 o Governo da AD, depois PAF (Portugal à Frente), descia o IRC.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com o acordo do PS!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Pois é, era o Governo que cortava pensões, que congelava salários e que descia o IRC nessa altura. Era essa a política da AD nessa altura.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Não! É exatamente para reverter!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — E como se vê, como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volta a ser.

O Governo não se limita a querer baixar de forma cega a taxa de IRC, quer também desviar recursos do IRC para os seguros privados de saúde e nós seremos contra isso.

O Governo quer também limitar a transferência de verbas do IRC para a Segurança Social e também não podemos estar de acordo com isso, porque nos últimos anos essa transferência foi a responsável por mais de 2500 milhões de euros de reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e queremos que esse caminho continue.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PS tem uma visão alternativa, entendendo que a descida do IRC deve ser seletiva, não deve servir para beneficiar os seguros privados de saúde e não deve parar de transferir verbas para a Segurança Social, porque isso é absolutamente fundamental.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Miguel Cabrita falou de estatísticas e eu pergunto-lhe: quantas empresas vão beneficiar da redução do IRC?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu ajudo-o já na sua resposta: são mais de 290 000 empresas que vão beneficiar da redução do IRC que o Governo propõe...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e a esmagadora maioria dessas empresas são pequenas e médias empresas.

Por isso, Sr. Deputado, gostava, em primeiro lugar, que confirmasse este dado que está nas estatísticas da Autoridade Tributária.

O Sr. Deputado falou do período de 2013 a 2015 e da redução do IRC. Pois é, foi, de facto, um bom Governo, aquele que há 10 anos reduziu em 4 pontos percentuais o IRC. Mas eu pergunto-lhe, Sr. Deputado: como se chamava o líder do Partido Socialista que acordou com o PSD e com o CDS a redução do IRC?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Olhe, provavelmente, ele será o vosso candidato presidencial nas próximas eleições presidenciais. Chama-se António José Seguro, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não é o Assis o candidato?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado, a questão é esta: é que o PS aprovou, com o PSD e com o CDS, a redução do IRC e depois rasgou o acordo.

Felizmente, esse acordo foi assinado entre os partidos, mas, infelizmente, com o novo Secretário-Geral esse acordo foi rasgado. É uma má prática política e dá um péssimo sinal aos investidores que acreditavam na estabilidade e naquele pacto de regime...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e, depois, com o novo Secretário-Geral do PS, perceberam que há partidos que não honram os compromissos que assumem.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, de facto, a direita, a AD, tem um problema com números e um problema com a memória.

Ainda bem que me faz a pergunta sobre o acordo do IRC. Sabe porque é que esse acordo foi rasgado?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah, mas foi! Afinal foi rasgado!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Porque a AD não desceu o IRS, que era a contrapartida para o acordo sobre o IRC.

Vozes do PS: — Exatamente!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Descer impostos sobre as empresas, os senhores souberam fazer,...

Aplausos do PS.

... mas a parte do rendimento das pessoas ficou para depois, ficou para quando pudesse, quando fosse possível.

Vozes do PSD: — Mas reduzimos o IRC!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Quanto aos números, é muito simples, Sr. Deputado: nós temos um bolo de receita do IRC,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas quanta?! Quanta?! Quantas empresas são abrangidas?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — ... se dois terços dessa receita provém das empresas que têm mais de 2 milhões de euros de volume de negócios, se 40 % dessa receita é paga pela pequena minoria de grandes grupos empresariais — 0,2 % das empresas —, como é evidente, esmagadoramente, serão estas empresas a ser beneficiadas...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas quantas são abrangidas?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — ... e não as PME e não as microempresas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para comunicar à Mesa que iremos fazer chegar uma informação, que é oficial, do Instituto Nacional de Estatística — que qualifica as pequenas, médias e grandes empresas e as microempresas —, que comprova que a afirmação que o Sr. Deputado Miguel Cabrita aqui fez, de que uma empresa com volume de faturação de 2 milhões de euros é uma grande empresa, é falsa. Repito, é falsa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Claro!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Faremos chegar essa informação à Mesa, para ser distribuída.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa receberá, com todo gosto, esse documento.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, retomamos hoje a discussão, na especialidade, da proposta de Orçamento do Estado para 2025, que, reitero — e já aqui o disse na sexta-feira passada —, é um orçamento robusto com o objetivo de recuperar, reformar e relançar Portugal com responsabilidade, e esta última parte do «com responsabilidade» já foi aqui abordada, esta manhã, várias vezes.

Este é um orçamento que não esgota as opções de política fiscal, mas reflete — e reitero também a última intervenção do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira — um compromisso com o consenso e, por isso, inclui medidas acordadas com os parceiros sociais e com o principal partido da oposição, minimizando os cavaleiros orçamentais.

A fiscalidade é uma componente fundamental da estratégia do Governo — de qualquer Governo, não apenas do presente —, não apenas para aliviar a carga fiscal sobre as famílias, o que, de resto, já aconteceu e foi uma das primeiras medidas que este Governo adotou, como para promover a competitividade da economia portuguesa, a inovação, o crescimento, porque entendemos que é o caminho para a valorização dos salários e a melhoria da condição de vida dos portugueses.

É com estes objetivos que o Governo propõe uma redução da taxa de IRC, bem como um conjunto de outras medidas, de índole fiscal e não só, mesmo em matéria fiscal, como o incentivo à capitalização, à inovação e à competitividade, criando condições para um ambiente mais favorável ao crescimento económico.

A teoria económica, sim, tem mostrado, de forma clara, e o relatório da UTAO, divulgado muito recentemente, di-lo e escreve-o de forma absolutamente lapidar, que quando as taxas marginais de imposto são muito altas, as primeiras descidas têm impacto significativo no investimento, levando a maior crescimento através do aumento dos investimentos em capital físico e em investigação e desenvolvimento, o que se traduz em maior competitividade das empresas e, conseqüentemente, em crescimento do emprego e dos salários.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal tem, sim tem, efetivamente, uma das taxas nominais e efetivas de IRC mais elevadas, quer da OCDE, quer no âmbito da União Europeia. A taxa média efetiva de IRC, em Portugal, situa-se muito perto dos 28 %, que é imenso e é muito acima da taxa média efetiva dos países da OCDE, que está próxima dos 22 %, e da União Europeia, que está próxima dos 20 %.

E, sim, esta taxa penaliza a atração de investimento e a competitividade das empresas portuguesas, reduzindo a sua capacidade para investir e para inovar, e prejudicando o crescimento da produtividade, o crescimento do emprego e o crescimento dos salários.

Por isso, a redução de IRC não é um privilégio nem para as empresas nem para os seus acionistas. A redução de IRC é uma medida que entendemos relevante para o crescimento sustentável da nossa economia e, com ela, para a melhoria dos salários e da condição de vida dos portugueses.

Em consequência, o Governo inclui nesta proposta do Orçamento do Estado para 2025 uma redução transversal da taxa de IRC em 1 ponto percentual, reduzindo a taxa geral de 21 % para 20 % e reduzindo a taxa aplicável às pequenas e médias empresas de 17 % para 16 %.

Além desta redução da taxa do IRC, a proposta do Governo contempla ainda um reforço significativo dos incentivos à capitalização das empresas, para que estas possam robustecer os seus capitais próprios e reduzir a dependência do crédito bancário, melhorando as suas condições para investirem e inovarem.

Neste âmbito, destacaria, em matéria de IRC, o reforço do regime do incentivo à capitalização das empresas e, em IRS, o alargamento do incentivo à capitalização por pessoas singulares, de que tratámos já na última sexta-feira.

Estas medidas são ainda complementadas por outras iniciativas tais como o aumento da majoração dos gastos da IRC no âmbito do incentivo fiscal à valorização salarial, para que mais empresas sintam o incentivo e o estímulo à valorização dos salários, ou a isenção de IRS e TSU (taxa social única) aplicável aos prémios de produtividade, sejam prémios de desempenho, participações nos lucros ou gratificações de balanço para trabalhadores e para membros de órgãos sociais. Esta medida e esta isenção aplicar-se-á apenas às entidades que façam uso do regime do incentivo à valorização salarial, precisamente para evitar comportamentos de substituição, portanto, do pagamento de prémios como substituto do aumento de salários.

Diminuir a carga fiscal das empresas é apoiar toda a economia e todos os portugueses. A redução da taxa de IRC e o reforço das medidas de incentivo à capitalização visam criar um ambiente mais favorável ao crescimento económico, criando condições para que as empresas possam investir e inovar, assim aumentando a sua competitividade. As medidas propostas aliviam a carga fiscal sobre as empresas e criam condições para que possamos ter empresas mais fortes, mais competitivas, mais inovadoras, sem as quais não há crescimento económico, criação de emprego sustentável nem melhoria de salários e condição de vida para todos os portugueses.

Este Governo está comprometido em criar as condições para que as empresas portuguesas possam competir a nível global, gerando mais emprego, melhores salários e melhores condições de vida, e o Orçamento que aqui discutimos hoje é um passo importante nessa direção.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento à Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP. Faça favor, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha o Bloco de Esquerda vai todo embora! Assim está bem! Vão almoçar... bom almoço!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, a questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: se a redução do IRC, como o Governo diz garantir, permite aumentar os salários, então responda-me lá como é que explica, por exemplo, o caso da EDP (Energias de Portugal).

A EDP teve 1400 milhões de euros de lucros em 2023, com esta redução do IRC em 1 %, teria à volta de mais de 17 milhões de euros de desconto; se for os 2 %, teria 35 milhões de euros de desconto. Como é que é possível com 1400 milhões de euros não aumentar salários e agora com 1417 ou 1435 é que vai ser possível?

Sr.^a Secretária de Estado, a questão que aqui está colocada é que, com estas propostas, aquilo que o Governo vai fazer é contribuir para aumentar os lucros dos grupos económicos e não para aumentar salários, porque se fosse para aumentar salários, com os lucros que já hoje há, seria possível aumentá-los e não se aumentam.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Caso queira responder, Sr.^a Secretária de Estado, tem a palavra.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, enfim, eu diria que as nossas visões são muito difíceis de compatibilizar...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então, mas diga lá porque é que não é possível aumentar os salários.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... e sim, ambas convergimos em que precisamos de melhorar a condição de vida dos portugueses, divergimos é no caminho para o fazer. Entende este Governo que não é possível pagar melhores salários sem crescimento económico...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mil e quatrocentos milhões não chegam para pagar melhores salários?!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — ... e não é possível crescimento económico sem mais investimento, sem inovação, sem mais produtividade e sem competitividade.

Portanto, isso não se faz apenas com a redução da taxa do IRC, mas mostram-nos, as experiências internacionais e os estudos todos produzidos, que, sim, a redução do IRC é um elemento relevante nesse caminho. Portanto, é esse que o Governo pretende seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas não respondeu!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos à proposta 2080-C, do PSD e CDS-PP, de aditamento de um artigo 70.º-A — Alteração à lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que diz respeito à tauromaquia.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do PSD. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, começo por fazer um «olé!» ao PSD e ao CDS pela coragem demonstrada na apresentação de uma matéria como esta, tão fraturante, mas igualmente justa.

Aplausos do PSD e do CDS.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Um «olé!»?! Estava a toureá-los! Eu não aceitaria!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — No nosso País, a tauromaquia integra por lei, e bem, o património cultural nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Se assim é, esta atividade deve ser tratada como as demais iniciativas que fazem parte desta categoria, nem melhor, nem pior.

Contudo, não é isso que sucede. A tauromaquia é objeto de uma discriminação no âmbito das taxas de IVA aplicadas nas entradas em espetáculos culturais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos acabar com isso!

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Na verdade, a tauromaquia é o único espetáculo cujas entradas estão excluídas da taxa reduzida de IVA (imposto sobre o valor acrescentado). Uma situação que, para o PSD, constitui uma flagrante injustiça sem qualquer fundamento, só mesmo por uma questão ideológica.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Por isso, propomos, tal como fizemos em ocasiões anteriores, que termine a exceção à regra. Neste caso, que se reduza o valor da taxa de IVA sobre as entradas em espetáculos tauromáquicos para 6 %.

Não está em causa gostar ou não gostar, muito menos se se é contra ou a favor; o que está em causa é garantir que todas as atividades, que por lei sejam consideradas património cultural nacional, partilhem da mesma condição. E isso, Srs. Deputados, qualquer cidadão que defenda o princípio da igualdade pode e deve, quanto a nós, acompanhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a tauromaquia integra a cultura e o património cultural de Portugal, integra a cultura do seu povo. E se nós temos essa sensibilidade, não somos só nós que o dizemos, é a lei que o diz. O Decreto-Lei n.º 23/2014, sobre o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística, diz claramente que a tauromaquia, tal como a dança, como o teatro, como o circo, integra aquilo que são espetáculos culturais. Os senhores nem na geringonça tiveram a coragem de revogar esta norma legal.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não é uma norma legal!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E porquê? Porque, evidentemente, esse é o sentimento da população portuguesa. É claro que não gostam todos de toiros, nem têm de gostar todos de toiros, mas isso é liberdade.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas os senhores gostam!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é uma pseudoelite lisboeta que vai dizer ao País do que é que o País gosta ou deixa de gostar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em Portugal, há uma percentagem significativa da população que se revê na cultura tauromáquica e a pratica.

Portanto, se esta é uma atividade cultural, se todas as atividades culturais têm uma determinada taxa de IVA, o que foi feito durante uns anos foi discriminá-la negativamente pelo lado fiscal, sem terem a coragem de assumir essa discriminação no seu todo, ou seja, foi tentar tirar dinheiro sem tirar estatuto, foi uma hipocrisia.

Essa hipocrisia hoje vai acabar, a bem do mundo rural,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a bem das culturas e das tradições dos portugueses e a bem da honestidade na política, que foi o que não teve a geringonça.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, os Srs. Deputados do PSD e da Aliança Democrática laboram num equívoco, porque a tauromaquia não só não está legalmente consagrada como cultura no nosso País, o património imaterial cultural não prevê a tauromaquia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... como foi o próprio Governo do PSD que reconheceu que a tauromaquia é uma atividade violenta. Inclusivamente, consagrou que tinha de constar com essa mesma advertência nos espetáculos tauromáquicos e reconheceu o bem-estar animal, em 2014, no próprio regulamento do espetáculo tauromáquico — pela mão de Passos Coelho, na altura —, como um valor incontornável.

Hoje vemos um claro retrocesso, um recuo naquilo que tem sido o compromisso desta Casa com o bem-estar animal, em violação da diretiva do IVA da União Europeia. Porque não, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, não temos de tratar de forma igual tudo, porque mesmo que estivesse consagrado na lei,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... a tauromaquia não é a única atividade que está excecionada, os espetáculos eróticos também estão excecionados e não é à toa que estão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é artístico?! Isso é cultural?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo é que a tauromaquia, que causa sofrimento, não é uma questão de gosto. Não estamos a falar se o touro gosta ou não de estar na arena, porque certamente sofre e não gostará; não estamos a falar tampouco de liberdade; estamos a falar de violência. E estamos a falar, claramente, de violar não só a diretiva do IVA como também agora o alerta da UTAO, que já deixou claro que a proposta, tal como está, se for aprovada, não abre a porta só à tauromaquia.

Os senhores esquecem-se de que aquilo que está declarado neste momento, quando olhamos para os dados do INE, é que foram mais de 5 milhões de receita nos espetáculos tauromáquicos e que aquilo que é o valor do relatório da UTAO são apenas 115 000 € de impacto orçamental. Não só é uma bagatela que vocês dão em troca do apoio do CDS que, de facto, recebe muito pouco com o seu apoio à AD,...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... nesta pseudo-conquista que são migalhas para a tauromaquia neste momento,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... como das duas, uma: ou temos aqui uma fraude fiscal, porque o resto da receita não está a ser tributada ou, então, estamos aqui a abranger muitos outros CAE (código de atividade económica) dentro desta medida, CAE esses que os senhores não estão aqui a dizer.

Vozes do CDS-PP: — Cais, cais!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Num dia dizem-nos que não é possível baixar o IVA dos serviços médico-veterinários, do pão, do cabaz essencial —...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estamos a falar de toiros!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e o CDS acompanhava a proposta do cabaz essencial do PAN —, mas não ouvimos uma palavra para as famílias neste debate.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estamos a falar de toiros!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — No entanto, a prioridade agora da AD é apoiar a tortura animal. E para as pessoas que estão lá fora, que querem serviços de bem-estar animal com uma taxa de IVA reduzida, a resposta da bancada do Governo — da bancada do PSD e do CDS —, é que não, não estão disponíveis para acompanhar.

Portanto, estranhas prioridades estas e não, não vence hoje aquilo que é a liberdade, nem a liberdade do gosto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vence, vence!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aquilo que, de facto, vence é, mais uma vez, uma agenda bafienta do século passado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh, oh!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que não respeita os direitos dos animais e que lhe vai sair muito caro, porque este Orçamento vai ficar marcado como uma traição, pelo PSD, ao legado de António Maria Pereira, ao legado de Deputados que hoje não estão aqui sentados, como o próprio Cristóvão Norte e outros que tanto trabalharam para a proteção animal no nosso País.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, apenas para pedir que sejam distribuídas à Sr.^a Deputada do PAN as várias propostas que o PSD, quando não estava em coligação, apresentou neste Parlamento para a redução do IVA — e, certamente, também do CDS, que terá feito o mesmo —, porque a Sr.^a Deputada insinuou que isto era uma qualquer cedência ao seu parceiro de coligação, desvalorizando os dois partidos, e julgo que isso não é cordial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa receberá, com todo o gosto, esse documento e fará a distribuição.

Passamos à proposta 127-C, do PCP, relativa à redução do IVA sobre produtos alimentares, telecomunicações e energia, de aditamento de um artigo 71.º-A — Alteração ao Código do Imposto do Valor Acrescentado. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, esta proposta é fundamental para que haja maior justiça fiscal. Sobretudo, tem um impacto mais expressivo nas famílias com rendimentos mais baixos.

Estamos a falar da redução da taxa da eletricidade e do gás natural, das telecomunicações e dos produtos alimentares para 6 %, que tem, de facto, uma grande importância.

Estamos a falar de bens alimentares, de serviços que são essenciais à vida de todos nós e bem sabemos como os impostos indiretos são de grande injustiça. Está aqui uma boa oportunidade para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e dos reformados.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos à discussão do artigo 74.º — Alteração ao Código de Imposto sobre Veículos (ISV).

Para apresentar a proposta 1174-C, do Chega, de substituição da alínea b) e do corpo do n.º 1 do artigo 57.º-A do Código do ISV, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a carga fiscal sobre as famílias portuguesas é a mais alta de sempre. Governo após governo, ora PS, ora PSD, tem aumentado impostos de forma consecutiva, atingindo impiedosamente o bolso dos portugueses.

Infelizmente, há mulheres e famílias que, contra a sua vontade, são obrigadas a renunciar a ter filhos em consequência da asfixia económica e fiscal que resulta em mais pobreza.

É, por isso, sem surpresa que nos deparamos com um problema grave de natalidade. A taxa de natalidade no nosso País é insuficiente para repor a população. O índice sintético de fecundidade foi de 1,43 em 2022, muito abaixo dos 2,1 necessários para a substituição de gerações. Ou seja, somos o quarto país do mundo com a população mais envelhecida e o mais envelhecido da União Europeia, a par da Itália.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Precisamos de imigrantes!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — De igual forma, somos o país da União Europeia com maior proporção de famílias só com um filho — quase 40 % das famílias têm só um filho —, o que significa que somos os mais velhos e com famílias mais pequenas.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Precisamos de imigração!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — A par disto, a principal causa apontada pelas famílias portuguesas para não terem mais filhos prende-se com os custos financeiros que isso representa, seguida da dificuldade em conseguir um emprego.

É, por isso, essencial darmos incentivos às famílias para que possam ter os filhos que efetivamente pretendem, aliviando-lhes a carga fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um carro com mais de cinco lugares não é um luxo para uma família com mais de três filhos, mas antes uma necessidade básica.

O desconto que propomos no imposto sobre veículos para estas famílias é, por isso, da maior justiça e parte integrante de um conjunto de propostas de apoio à natalidade que apresentamos. Tenham a coragem de apoiar esta proposta e de aliviar o peso dos impostos a estas famílias.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, «promover a natalidade é uma questão estratégica para o futuro de Portugal, pois implica garantir a renovação das gerações e a vitalidade da sociedade». Estou a citar o programa eleitoral da Aliança Democrática, de fevereiro de 2024.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já se esqueceram!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — «Promover a natalidade, incentivando as famílias a terem mais filhos e garantindo condições de vida dignas e oportunidades de desenvolvimento é uma questão estratégica para o futuro de Portugal, pois implica garantir a renovação das gerações e a vitalidade da sociedade.» Estou a citar o Programa do Governo, de abril de 2024.

São dois documentos diferentes, com o mesmo entusiasmo pelas famílias e, diga-se, o mesmo entusiasmo por promessas.

Ambos propunham como medidas «comparticipar em 100 % os suplementos prescritos na gravidez, contribuindo para o bom desenvolvimento das gerações futuras» e propunham «ponderar a redução do IVA da alimentação dos bebés para a taxa mínima, apoiando as famílias no acesso à alimentação adequada do ponto de vista nutricional às necessidades dos bebés».

Até aqui tudo bem, mas parece que passou o verão e que quem prometeu, esqueceu.

Assim sendo, porque achamos que apoiar as famílias é mesmo importante, ainda para mais num momento de custos acrescidos, e porque o que está em causa são gravidezes e bebés saudáveis, a Iniciativa Liberal cá está a apresentar estas medidas no Orçamento do Estado.

Desde já, agradecemos o voto a favor do PSD e do CDS, porque, afinal, foram os Srs. Deputados que primeiro propuseram estas medidas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, vemos, precisamente, esta estranha inversão de prioridades por parte do Governo da AD: temos hoje os serviços médico-veterinários a serem tratados como um serviço de luxo, taxados a 23 %.

Portugal já teve um IVA mais baixo nesta matéria e podemos perfeitamente aplicar a taxa intermédia, pelo que o PAN fez uma proposta de alteração precisamente nesse sentido. Isto para garantir que damos resposta ao conceito de uma só saúde do ponto de vista global, pois não nos faz sentido que a maior parte dos países da União Europeia, mas não o nosso, tenha a taxa intermédia ou o IVA reduzido.

Por outro lado, a própria Ordem dos Médicos Veterinários fez as contas e deu nota do valor que é arrecadado anualmente. Descendo o IVA pelo menos dos 23 % para os 13 %, estamos a falar de um impacto orçamental de 1,6 milhões de euros, que não põe em causa a estabilidade das contas públicas. Por outro lado, claramente perante a errada opção por parte deste Governo de financiar outro tipo de atividades, o dinheiro existe, basta alocá-lo onde ele faz efetivamente falta.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos grandes mistérios da crise de habitação é como é que, com os preços a subir tanto, ainda se constrói tão pouco em relação a outros picos dos preços da habitação.

Há várias razões para isso e já falámos bastante delas, mas uma das principais é que, apesar de o preço ter subido, os custos de construção também subiram bastante. Desde 2015, o custo de construção de habitações novas aumentou mais de 40 %.

Muito deste aumento de custos é incontrolável, não é algo que o Estado possa controlar. Mas há uma componente do custo que resulta da ação do Estado, que é a componente fiscal. Dentro dessa componente fiscal, o IVA tem um preço muito importante. Não faz sentido que, ainda hoje, a construção de habitação continue a ser taxada como um bem de luxo.

Por isso, apresentamos, mais uma vez, a nossa proposta para reduzir o IVA da construção de habitação e estamos bastante otimistas que possa ser aprovada porque, da AD, já sabemos que podemos contar com o voto a favor — afinal, dizem especificamente na página 97 do seu Programa do Governo que irão reduzir o IVA

da habitação, sem condições, especificamente em 2025. Não nos passa pela cabeça que tenham mentido aos eleitores e que não tenham a intenção de cumprir a promessa que fizeram, portanto contamos com o voto a favor.

O Chega também tinha a redução do IVA da construção da primeira habitação no seu programa, e acho que não passa pela nossa cabeça nem pela de ninguém que o Chega mude de opinião de um mês para o outro, ninguém acredita nisso.

Em relação aos restantes partidos, chegou, mais uma vez, a altura de dizerem se a habitação é mesmo um bem essencial. Consideram ou não que a habitação é um bem essencial? E não é um bem essencial só nos discursos, só nas proclamações, tem de ser nas ações, na política fiscal efetiva.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso é que não votamos a favor!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Por isso, o que peço, aquando das votações de hoje à tarde, é que sejam coerentes com os vossos discursos. Sejam coerentes com aquilo que prometeram aos eleitores em campanha. E, finalmente, assumam todos que a habitação não é um bem essencial só nos discursos, mas que também o é na prática e na política.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Felicidade Vital, do Chega.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o aumento do custo de vida em Portugal tem vindo em crescendo e, de mês para mês, sobra menos dinheiro aos portugueses, àqueles a quem ainda sobra algum.

O gás e a eletricidade, todos sabemos, são serviços públicos essenciais e não é admissível que o Governo cobre 23 % ao consumo destes bens.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Vejam, quase um quarto da fatura é para o Estado. Tentei perceber as faturas de gás e eletricidade e, Srs. Deputados, confesso que fui tentada a desistir. Cobram impostos e impostos sobre impostos, taxas e taxinhas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Senão, vejamos: temos o imposto de acesso às redes; temos o imposto especial de consumo, que é tão especial que ninguém sabe o que é; temos a taxa de ocupação do solo — imagine-se, como se o solo não fosse nosso e não pudesse ser utilizado para os bens essenciais! —; temos a contribuição para o audiovisual, quer vejamos televisão quer não. E ainda temos mais: o imposto especial de consumo de eletricidade — que, pasme-se, é uma subcategoria de outro imposto, o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos; e um outro imposto, para a DGEG (Direção-Geral de Energia e Geologia), que é um organismo do Estado.

Ora, Srs. Deputados, que Estado é este...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É pagar, pagar, pagar!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — ... que cobra sobre tudo e inventa impostos para fazer um assalto à carteira dos consumidores?

Os idosos vivem em casas geladas porque, com as pensões de miséria que o Governo não quer aumentar, não têm dinheiro para as aquecer.

As famílias desesperam para pagar impostos que ninguém sabe o que são e ainda têm de pagar IVA sobre esses impostos.

Ora, Srs. Deputados, propomos que, de uma vez por todas, se acabe com esta roubalheira e se cobre um IVA de 6 % sobre o total da fatura a bens de primeira necessidade, como é o gás natural e a eletricidade. Esperemos que hoje à tarde nos acompanhem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra para um pedido de esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, ouvi com atenção a sua intervenção e concordo numa coisa: os impostos são muitos altos em Portugal e por isso é que a AD está preocupada em baixá-los.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nota-se!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E já encetou esse caminho, por exemplo, no IRS, que é um exemplo paradigmático.

Mas gostava que a Sr.^a Deputada nos explicasse como é que o Chega apresentou uma proposta de redução de dois pontos percentuais no IVA que custa, pelo menos, 1300 milhões de euros, bem como no IVA da eletricidade e do gás que custa, pelo menos, 386 milhões de euros, para lá de tudo aquilo que propõe no Orçamento, que são fundos e fundos intermináveis.

Como é que sustenta o Serviço Nacional de Saúde, como é que sustenta a escola pública, as forças de segurança, quando a vossa preocupação é, no fundo, propor tudo e mais alguma coisa, independentemente das consequências ou da responsabilidade?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Felicidade Vital quer responder?

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sim, Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Deputado, se o Governo não aumentasse despesas em viagens para os membros do Governo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — ... se o Governo se preocupasse mais com os portugueses e não distribuísse subsídios a torto e a direito a quem não precisa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — ... a homens que são saudáveis física e mentalmente e que vivem de subsídios do Estado, talvez se o Governo se preocupasse com isso lhe sobrasse dinheiro para ajudar os idosos e as famílias que não têm dinheiro para aquecer as suas casas no inverno.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Se não receberes 5 % do teu salário, vais conseguir!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Devolve o IRS Jovem!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos passar ao artigo...

Protestos do CH e contraprotestos do BE e da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Srs. Deputados!

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do BE e da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Isto já vai ser longo. Se tenho de interromper para estes demasiados apartes não chegamos a sítio nenhum. Bom, passamos ao artigo 79.º-A...

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do BE e da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Já acabou?

Passamos ao debate da proposta, do PSD e do CDS-PP, de aditamento de um artigo 79.º-A — Consignação de receita do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deixem-me começar esta intervenção lembrando as palavras do Dr. Pedro Nuno Santos, líder do Partido Socialista: «negligência».

O Dr. Pedro Nuno Santos falou em negligência. A propósito disso, gostava de referir o que foi feito durante os últimos oito anos pelo Governo socialista.

O Governo socialista falhou na valorização da carreira dos profissionais. Falhou em fazer reuniões com profissionais de saúde, nomeadamente com os TEPH (técnicos de emergência pré-hospitalar), para o acordo para a valorização das carreiras ou valorização das horas extra. Falhou nos concursos para a formação dos novos TEPH — fez apenas um concurso nos últimos anos para 100 TEPH e as vagas não foram todas ocupadas. Falhou nos concursos para a contratação de médicos e enfermeiros. Falhou na formação dos técnicos de emergência pré-hospitalar fora do INEM. Falhou no reforço dos equipamentos, nomeadamente nas viaturas de emergência. Mais do que isso, falhou quando foi retirado ao INEM, nos últimos anos, o montante de 170 milhões de euros, ou seja, o equivalente a um ano do seu orçamento.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Note-se que 90 milhões de euros foram retirados durante a pandemia.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Ou seja, o Governo socialista não percebeu que o Instituto Nacional de Emergência Médica é para todos os doentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Não é só para os doentes sinistrados, não é só para os doentes que têm um enfarte do miocárdio, é também para os doentes covid, com insuficiência respiratória grave e por aí adiante.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Como é que é possível dizer isso?!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Portanto, cometeram um erro grave que teve consequências.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Imagine-se!... Estavam a salvar pessoas! Parece impossível!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — É fácil ver os relatórios de 2022 e de 2023 do próprio INEM que registam, respetivamente, 17 463 e 18 986 doentes com prioridade 1 que não tiveram o socorro adequado. Deixem-me agora enunciar o que o Governo da AD, neste sete meses, já fez.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Nada! Qual é o plano?

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sei que preferiam que eu não falasse, mas vou continuar a falar.

Protestos do PS.

Concurso para a contratação de 18 enfermeiros, mais dois técnicos superiores e dois assistentes técnicos. Concurso feito em agosto de 2024 para a contratação de 200 técnicos de emergência pré-hospitalar, que vão entrar ao serviço em 1 de janeiro. Concurso para a contratação de mais 200 técnicos de emergência pré-hospitalar, que vai ser aberto em janeiro de 2025.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Concurso para a contratação de viaturas de emergência. Estamos a falar em 312 viaturas que vão ser adquiridas durante os anos de 2025 e 2026. Concurso internacional, aberto a 22 de novembro, para o helitransporte de quatro helicópteros a funcionar 24 horas por dia,...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... prevendo-se a adjudicação em janeiro.

Protestos das Deputadas do PS Marina Gonçalves e Susana Correia.

Devo lembrar que o Governo socialista fez um concurso que era impossível ser preenchido porque as verbas não estavam adequadas àquele momento.

Protestos do PS.

Refiro ainda o acordo de participação das universidades na formação dos técnicos de emergência pré-hospitalar, para aumentar a capacidade de resposta do INEM. Parcerias tecnológicas para melhorar o funcionamento dos CODU (Centros de Orientação de Doentes Urgentes) que, associadas a medidas de gestão internas já tomadas, fazem com que os tempos de atendimento nas últimas duas semanas sejam os melhores da última década.

Negociação do novo protocolo com os bombeiros e a Cruz Vermelha Portuguesa, com vista a melhorar e aumentar a qualidade e diversidade da atuação do socorro. Negociação com o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH) para valorizar a profissão e rever o valor das horas extra.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a proposta que os grupos parlamentares do PSD e do CDS apresentam para o INEM é uma proposta importante. É, obviamente, uma proposta para fazer parte da Lei do Orçamento do Estado, para proteger o financiamento e as verbas do INEM e evitar que os saldos anuais não sejam desviados pelo Governo para outras áreas.

Protestos do PS.

Diria até que o Partido Socialista pode olhar para isto como uma vacina de prevenção. Se algum dia voltar a ser Governo, perceba que não deve fazer este tipo de coisas.

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Já agora, voltando à «negligência» do Dr. Pedro Nuno Santos, convém dizer que, de facto, o Dr. Pedro Nuno Santos se enganou. O Governo socialista foi negligente durante oito anos e quer encontrar um bode expiatório, na Sr.^a Ministra da Saúde, para a situação dramática em que deixaram o INEM.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ela trata disso sozinha!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Deixem o Governo trabalhar!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Fernandes, do PSD.

A Sr.^a **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com grande preocupação que nos deparamos com o aumento das doenças crónicas em Portugal. Estamos determinados a uma mudança de paradigma que coloque a promoção da saúde no centro das políticas de saúde.

Enquanto o Governo socialista negligenciou esta dimensão da saúde ao não integrar orientações da medicina de estilos de vida nas suas políticas, nós estamos dispostos a assumir riscos eleitorais em prol de um sistema de saúde mais sustentável, que salvaguarde não apenas as atuais gerações, mas também as futuras. Maior carga de doença implica mais despesas para o sistema de saúde, famílias e Estado.

Temos plena consciência de que as mudanças que pretendemos implementar, e que hoje têm custo, necessitarão de tempo para mostrar resultados.

É alarmante saber que 80 % das doenças crónicas podem ser prevenidas através da alteração de comportamentos relacionados com o estilo de vida. Por isso, defendemos um papel ativo do Estado na promoção da saúde, em articulação com os municípios e com as escolas, para garantir que as políticas nacionais são dirigidas às realidades e necessidades de cada comunidade e incorporam os diagnósticos, os determinantes e as estratégias locais de saúde.

O PSD e o CDS apresentam uma proposta para reforçar políticas de saúde pública com ênfase na prevenção e com a definição de verbas específicas.

Outra proposta que apresentamos é no âmbito da necessidade do diagnóstico mais célere e atempado do glaucoma. O glaucoma é um problema de saúde pública que tem vindo a agravar com o envelhecimento da população. Não tratado atempadamente pode conduzir à cegueira. É imperativo que o Estado assegure a resposta mais adequada.

Propomos que o SNS monitorize e garanta o diagnóstico do glaucoma e de outras doenças oculares através dos cuidados de saúde primários, dispondo para o efeito de equipamentos específicos para a avaliação da pressão intraocular, encaminhe para o tratamento adequado e que isto seja feito o mais precocemente possível.

A saúde e o bem-estar das populações serão sempre a nossa prioridade máxima.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos passar ao debate da proposta, apresentada pelo BE, de aditamento de um artigo 81.º-A — Imposto sobre determinados serviços digitais.

Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a tributação dos super-ricos não é só um problema do G20 e também não é um problema só dos indivíduos que não pagam impostos, como o Elon Musk — que é o liberal que sabemos que vive das contas do Estado —, o Jeff Bezos ou o Mark Zuckerberg.

A tributação dos super-ricos é um problema das empresas que não pagam impostos, como a Amazon, a Meta, a Google — de tantas empresas que não pagam impostos.

Não há tributação adequada nem ao modelo de negócio nem territorial. Por isso, uma parte dos lucros destas empresas, como sabemos, é o resultado da exploração e manipulação de dados e conteúdos que são criados e que são oferecidos por utilizadores, muitos deles também em Portugal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Também pagam!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — É por esta razão que defendemos que os lucros gerados em Portugal têm de ser tributados em Portugal e fizemos uma proposta nesse sentido.

É assim que se taxa os super-ricos e é assim que se faz justiça fiscal. Podem chamar-lhe «imposto Elon Musk».

Aplausos do BE.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não chamamos porque não vai existir!

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Prosseguimos com o debate do artigo 87.º — Adicional em sede de imposto único de circulação.

Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o Chega apresenta uma proposta de alteração ao artigo 87.º do Orçamento do Estado, no âmbito das disposições fiscais, para a revogação do adicional do IUC (imposto único de circulação) aplicável a certos veículos a gasóleo.

A taxa adicional do IUC varia de acordo com a cilindrada e a idade dos veículos. Foi criada, em 2014, como medida extraordinária num período particularmente difícil para o País que decorria do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Apesar de ter sido pensada como medida temporária e provisória, a verdade é que, volvidos 10 anos, se mantém em vigor e continua prevista neste Orçamento.

Neste contexto, face à génese e ao espírito que sustentou a criação desta taxa adicional excecional e, consequentemente, numa ótica de alívio da carga fiscal, que já é excessivamente pesada para os contribuintes portugueses, pretendemos proceder à revogação deste adicional em sede de imposto único de circulação, que há muito deveria ter sido formalizada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos passar ao artigo 89.º — Prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço.

Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos de aumentar, de uma vez por todas, a nossa produtividade.

Para isso, temos de criar incentivos e estímulos à superação. Não podemos castigar o sucesso com mais e mais impostos, como a esquerda defende. Não podemos tributar tudo o que mexe, senão daqui a pouco nada mexe e ficamos parados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Ainda no último debate, o Livre disse, e cito: «O Governo e a AD acreditam que baixar os impostos é sempre uma medida positiva, é algo bom».

Srs. Deputados, é verdade, nós acreditamos mesmo nisto.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ideologia!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Os portugueses já estão asfixiados de impostos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Temos de reduzir a carga fiscal histórica que herdámos do Partido Socialista.

Por isso é que este Orçamento prevê a isenção de IRS e TSU para o pagamento dos prémios de produtividade.

Vamos criar um 15.º mês livre de impostos e contribuições. Se uma empresa paga 500, o colaborador recebe 500. Se uma empresa paga 1000, o colaborador recebe 1000. Se uma empresa paga 2000, o colaborador recebe 2000.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Não queremos que seja o Estado o maior beneficiário do esforço e do mérito do trabalhador. Agora o Estado vai abdicar desta receita para estimular e premiar o sucesso, salvaguardando, claro, comportamentos abusivos para que ninguém utilize este mecanismo para substituir aumentos de salários. Existe um limite de 6 % do salário base anual e só se aplica a empresas que aumentem os salários.

Por isso, saudamos o Governo por esta medida acordada em sede de concertação social, para a qual estamos certos de que poderemos contar com os votos de todos, da direita à esquerda, pois estamos a melhorar os rendimentos e a cuidar dos nossos trabalhadores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao debate da proposta do Livre para o aditamento de um artigo 97.º-A — Oferta de imprensa nacional, regional e local nas escolas públicas.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vários especialistas e estudos apontam para uma tendência dos jovens para terem contacto com as notícias através das redes sociais. Não há muito interesse da sua parte na leitura de notícias em papel.

Assim, o Livre propõe que aos municípios sejam alocadas verbas para a garantia de jornais impressos nos espaços escolares frequentados por estudantes, sejam salas de aula, sejam espaços dos alunos.

Ainda em matéria de educação, para completar o ensino obrigatório, são necessários, entre outros, materiais informáticos. E se a cedência de computadores para os alunos tem vindo a ser garantida, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação decidiu que alunos e professores terão de devolver o material de acesso à *internet* que têm em casa — um retrocesso no processo da digitalização da escola.

Mas, para além do material informático, também são necessários outros materiais como sejam os materiais de desenho, calculadoras gráficas, entre outros, considerados também imprescindíveis para a formação e que todos os anos fazem parte das listas de material a adquirir para a realização de atividades educativas.

Ora, este material tem frequentemente valores elevados e constitui um fator de desigualdade para os alunos. Neste sentido, entendemos que a aquisição e disponibilização dos materiais didáticos deve ficar a cargo dos municípios, assegurando assim o Estado, através da administração local, que todos os alunos e alunas tenham igualdade de oportunidades de acesso ao seu plano educativo e pedagógico.

Por último, os assistentes operacionais e os assistentes técnicos nas escolas desempenham um papel fundamental não só do ponto de vista técnico como também do ponto de vista pedagógico na formação das crianças e jovens.

Em outubro deste ano foi aprovada, na generalidade, uma proposta de resolução do Livre pela valorização e qualificação das carreiras de assistente técnico e de assistente operacional nas escolas e pela promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola.

A resolução aprovada solicita ao Governo que reveja a Portaria n.º 217-A, no sentido de nela incluir todos os níveis de ensino e de prever que os rácios ali descritos de assistentes técnicos e de assistentes operacionais constituem limiares mínimos. Isto além da importância de dignificar e valorizar as carreiras destes profissionais, bem como a qualificação profissional dos assistentes operacionais tão necessários na escola pública. Este ano de 2025 é o momento para o fazer, por isso, convidamos os restantes grupos parlamentares a votarem a favor das nossas propostas, que agora apresentei.

Aplausos do L.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos à proposta 1963-C, do PS, de aditamento de um artigo 101.º-A — Concretização do Programa de recuperação/reabilitação de escolas.

A Mesa regista, para já, dois pedidos de intervenção.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.ª **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, falemos de investimentos em educação e ciência, ou, melhor, da falta deles.

A garantia de infraestruturas adequadas é essencial para uma escola pública de qualidade. Temos assistido a um agravamento do número de alunos sem aulas — apesar da informação falaciosa que o Governo disponibilizou — e a greves sistemáticas dos assistentes operacionais, que levam ao encerramento das escolas.

O Governo definiu como objetivo estratégico investir na modernização das escolas, mas, surpreendentemente, só considerou dois investimentos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) — o da digitalização do sistema educativo e o dos centros tecnológicos especializados —, ignorando o programa de requalificação das escolas.

É referida a preparação de um plano de investimento, sem se perceber se é desconsiderado o acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que já previa um plano de investimento para 451 escolas e diferentes fontes de financiamento.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PS apresenta uma proposta para que seja concretizada a RCM (Resolução do Conselho de Ministros) que estabelece os compromissos em matéria de financiamento deste programa.

Também o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) foi elaborado na governação PS e conta com uma dotação de 516 milhões de euros do PRR, com 131 projetos distribuídos por 53 concelhos, o que se traduz num reforço de 78 % da capacidade instalada. Comparando 2021 com 2026, passaremos de 15 000 para cerca de 27 000 camas.

Em abril, dois terços dos projetos contratualizados estavam em licenciamento, adjudicação de empreitada, construção ou concluídos. Ainda na semana passada, o Sr. Primeiro-Ministro inaugurou mais uma residência da Universidade de Lisboa e este Governo ainda terá oportunidade de inaugurar mais, na sequência do trabalho do anterior Governo.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sem prejuízo do seu reforço, que também é necessário, é fundamental que se concretizem os projetos identificados no PNAES, como é o caso da reabilitação da antiga sede do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro, nos termos do projeto já licenciado pela Câmara Municipal de Lisboa, do qual o Governo parece querer desistir.

Aproveito também para sublinhar que este Orçamento do Estado deve resolver a situação injusta em que se encontram os técnicos superiores doutorados dos laboratórios do Estado e da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), integrados na carreira geral de técnico superior, mas que exercem funções inerentes à carreira de investigação científica.

Este é o Orçamento que prevê a verba mais baixa para a FCT desde 2018, e é feito pelo mesmo Governo que, quando era oposição, defendia o reforço do investimento na ciência.

É um retrocesso enorme, mas esperamos, pelo menos, que proporcione o acesso destes trabalhadores à carreira de investigação científica através de concursos que lhes garantam avaliações, progressões e remunerações adequadas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Temos, agora, uma intervenção do Governo, pelo que dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação** (Alexandre Homem Cristo): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por esclarecer que a requalificação das escolas é, naturalmente, uma prioridade.

É uma prioridade porque, desde logo, muitas escolas tiveram de aguardar muitos anos pela sua requalificação e, em segundo, porque isso está relacionado com a aprendizagem, pois não podemos esperar que os alunos aprendam se, para tal, também não tiverem condições físicas nos estabelecimentos escolares.

Como tal, permitam-me esclarecer a Sr.^a Deputada do PS sobre o cumprimento do acordo com a Associação Nacional de Municípios. Nós estamos a cumprir esse acordo, não percebo porque é que a Sr.^a Deputada acha que não o estamos a cumprir. Ele está a ser cumprido.

O acordo começou a ser cumprido, desde logo, com o financiamento do PRR, naturalmente. Nós temos 74 candidaturas já aprovadas para a requalificação de escolas. Nessas candidaturas, demos destaque ao critério de necessidade, de urgência, e não ao critério de ordem de chegada das candidaturas, como o Governo anterior tinha feito, e que era, portanto, um critério que não tinha em conta as necessidades físicas da requalificação das escolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação:** — Finda esta primeira fase, que diz respeito ao financiamento do PRR, a fase seguinte, naturalmente, vai estudar outras fontes de financiamento, nomeadamente pelo BEI (Banco Europeu de Investimento).

Como estava a dizer, a requalificação das escolas, para nós, é um objetivo que é prioritário e que é anual, pois temos mais de 5000 estabelecimentos distribuídos pela rede pública e, naturalmente, com uma dimensão tal, é normal que todos os anos haja necessidades de requalificação de escolas. É precisamente isso que estamos a fazer.

Da mesma forma, não é possível esperar que a requalificação fique sempre dependente de fundos comunitários, porque não temos fundos comunitários todos os anos, nos mesmos volumes, para manter essa requalificação. Portanto, é precisamente esse exercício de diversificação de fontes de financiamento que estamos a fazer para este ano letivo e para os anos letivos seguintes.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Secretário de Estado tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais pressuponho que responderá em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento será formulado pela Sr.^a Deputada Inês Barroso, do PSD, dispondo de 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para 2025, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação define como um dos seus objetivos a revisão da delegação de competências nos municípios e comunidades intermunicipais, bem como dos recursos a elas associados, em conjunto com a Associação Nacional de Municípios e em articulação com o Ministério da Coesão Territorial.

Nas especificidades que esta revisão vai abranger, questiono V. Ex.^a sobre o que está previsto rever em duas áreas maiores que passo a identificar. Em relação à primeira, dos assistentes operacionais e assistentes técnicos, a quem o PS nunca valorizou nem reconheceu a sua incedível importância no contexto escolar, pergunto se vai focar o rácio de recursos humanos nos estabelecimentos de ensino, respeitando as especificidades das autarquias e dos territórios, bem como a valorização da sua carreira, das suas funções e do seu perfil de competências?

Sobre uma segunda área, o financiamento dos municípios, pergunto se está prevista uma distribuição de fundos no respeito pelo princípio europeu da subsidiariedade, ou seja, proporcional às necessidades e não à dimensão do território.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O segundo pedido de esclarecimento é da Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, esclareça-nos: o aviso de candidaturas do PRR às escolas encerrou no dia 29 de março e os senhores tomaram posse a seguir. Por isso, quem é que validou a lista de escolas aprovadas? Foram os senhores, naturalmente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, dispondo de até 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, começo pela segunda questão, da Sr.^a Deputada do PS. O Governo alterou os avisos que estavam previstos e, portanto, os avisos deviam respeitar a ordem de chegada e não a ordem de prioridade das necessidades.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Quanto à nossa relação com a Associação Nacional de Municípios e à descentralização, estamos a fazer um processo dialogado com a Associação Nacional de Municípios, e também o estamos a fazer com os representantes sindicais dos assistentes técnicos e operacionais.

Uma das grandes dificuldades que temos hoje, no Ministério da Educação, é precisamente gerir todo o pessoal não docente que está nas escolas e que, como sabemos, não está na tutela direta do Ministério da Educação, mas que tem responsabilidades educativas. Neste momento, o exercício que estamos a fazer, juntamente com colegas de Governo e com a Associação Nacional de Municípios, visa uma clarificação funcional do que é que esperamos destes técnicos.

Nessa definição funcional, abrimos a possibilidade de rever uma distinção, que, neste momento, não existe nos técnicos operacionais, entre aqueles que têm funções educativas e aqueles que não têm funções educativas, para, precisamente, valorizar aqueles que têm funções educativas e dar-lhes a oportunidade de, eventualmente, passarem de assistentes operacionais para assistentes técnicos, permitindo-lhes um horizonte de carreira e de reconhecimento remuneratório das suas funções.

Este ponto de partida, com a diferenciação entre ter funções educativas e funções que não são educativas, é muito importante, porque reconhecemos que estes profissionais, ao lidarem diretamente com os alunos, têm um papel muito importante no seu processo educativo e, portanto, nós temos de o reconhecer, não só do ponto de vista funcional, mas também do ponto de vista remuneratório.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos, agora, à proposta 1950-C, do PS, de aditamento de um artigo 109.º-A — Projetos de intervenção comunitária de proximidade, tendo a palavra a Sr.ª Deputada Maria Begonha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.ª **Maria Begonha** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, combater a pobreza, garantir uma sociedade de oportunidades, diminuir a discriminação e capacitar para a participação parecem objetivos transversais o suficiente para resistirem à alternância democrática e à mudança de Governos e Orçamentos.

Parecem, mas não são, quando falamos dos ditos bairros periféricos, dos bairros das áreas metropolitanas, que concentram comunidades com vulnerabilidades sociais e económicas que são alvo de uma mistura de discriminação e indiferença e que não podem ter visibilidade ou voz apenas quando a tragédia acontece.

Quando a tragédia acontece, quando os distúrbios acontecem, quando transbordam conflitos que a ausência de políticas públicas ou o adiamento de soluções provocou, assistimos à surpresa, ou ao repúdio, de muitos em relação a que nestas comunidades exista quem não tem a mesma relação com as instituições ou com a autoridade do Estado que a maioria, aqueles que nunca sofreram na pele, ou por causa da cor da pele ou da condição social, a discriminação e a indiferença da sociedade.

A segurança só existe, de facto, quando e onde as desigualdades são combatidas. Cortar programas, como o Bairros Saudáveis, que envolvem e respondem a comunidades vulneráveis, promovidos, na sua esmagadora maioria, por organizações sem fins lucrativos, com resultados notáveis, é um passo atrás na resposta aos problemas destas comunidades, mas os partidos que suportam o Governo têm, na proposta do PS, a possibilidade de rever uma má decisão e votar pelo regresso deste programa.

Corrigir assimetrias no acesso à cultura e produção artística, fomentar a coesão territorial em contexto urbano, parecem, também, objetivos transversais o suficiente para sobreviverem à alternância democrática e à passagem de pasta ou de Governo.

Parecem, porém, não foram, pois quando falamos dos bairros periféricos e das comunidades mais vulneráveis das áreas metropolitanas, o Governo também decidiu terminar o programa Arte e Periferias Urbanas, lançado este ano, para fomentar um acesso menos desigual à criação e fruição artística, para dar voz a expressões e dinâmicas culturais que existem nestes bairros, nestas comunidades que fazem parte da nossa identidade coletiva.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a proposta do Partido Socialista é que não se deixem cair estes programas, que eles retomem os seus objetivos, que saibamos valorizar como prioritário o valor acrescentado que quer o Bairros Saudáveis, quer o Arte e Periferias Urbanas trazem à coesão social do nosso País, no seu conjunto, e que o Governo erradamente desvalorizou, rejeitou e cortou.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Temos, agora, uma intervenção do Governo para se referir à proposta 1572-C, do Livre, de aditamento de um artigo 116.º-A — Valorização dos assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas públicas, tendo a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, queria, no fundo, reconhecer a proposta, no sentido da valorização dos técnicos operacionais nas escolas.

Como há pouco tive a oportunidade de dizer, esta é uma preocupação que também estamos a ter no Governo, no sentido de reconhecer estes profissionais.

Aliás, foi já em maio, depois de termos feito a negociação, com sucesso, da reposição do tempo de serviço integral para os professores, que as nossas intervenções — e, em particular, as do Sr. Ministro — foram no sentido de dizer que o passo seguinte era olhar para outros aspetos da carreira dos professores e do pessoal não docente, porque não podíamos esquecer que o pessoal não docente tem funções educativas nas escolas, tem uma grande responsabilidade e, muitas vezes, está na primeira linha de apoio aos alunos. Portanto, temos de reconhecer essa importância facilitando o seu trabalho, reconhecendo as condições de trabalho de que precisam e reconhecendo-os do ponto de vista profissional, com a importância que têm no processo educativo dos alunos.

É esse trabalho que estamos a fazer. Como há pouco também pude referir, estamos a fazer várias reuniões a nível interno, no Governo, mas também com a Associação Nacional de Municípios e com os representantes sindicais destes profissionais.

Também estamos a estudar cenários de reconhecimento profissional, no sentido de permitir fazer esta diferenciação e dar um horizonte a alguns, os que possam ter funções educativas, para poderem ter responsabilidades de assistentes técnicos e também um reconhecimento remuneratório dessa importância.

Mais uma vez, importa salientar que este é um processo de diálogo. Vamos levar estas propostas à Associação Nacional de Municípios e, naturalmente, também aos representantes sindicais, com os quais já reunimos para recolher e auscultar as suas preocupações, para que esta proposta possa ir ao encontro das situações encontradas nas escolas e possa resolver este obstáculo, que também prejudica o bom funcionamento das escolas públicas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Deputada Isabel Ferreira pediu a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição do Aviso n.º 01/C06-i09/2023, onde, na página 12, se pode constatar objetivamente que há critérios de seleção definidos com base na qualidade e no impacto das candidaturas, e que refere que só se se abdicar da seriação é que entra o fator ordem cronológica. Portanto, isso é uma decisão de quem abdicou da seleção e do ordenamento da seriação das candidaturas.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, é fazê-lo chegar aos serviços para ser encaminhado aos grupos parlamentares, como solicitado.

Vamos agora até às regiões autónomas, ao artigo 119.º — Obrigações de serviço público na Região Autónoma dos Açores.

Temos algumas inscrições, e a primeira intervenção será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este não é um bom Orçamento para o País — já o temos dito! —, e nem sequer é um bom Orçamento para a Região Autónoma dos Açores. Ele falta aos Açores no reconhecimento daquelas que são as obrigações do Estado para com as regiões autónomas; falha para com a região no cumprimento dos compromissos passados e da palavra — como boa palavra que deve ser a do Estado português; e onde deveria haver solidariedade nacional e reconhecimento das nossas características ultraperiféricas há apenas caridade financeira de emergência, para salvar a AD dos Açores da vergonha de conseguir falir a região em apenas quatro anos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Por tudo isso, nós fizemos aquilo que se impunha, repusemos aquilo que era adquirido e recolocamos onde era devido, no Orçamento: as obras nos estabelecimentos prisionais e soluções complementares — aliás, embaraço de meio século da República para com os Açores; uma verba para a descontaminação dos solos e aquíferos na ilha Terceira; e a ampliação do Aeroporto da Horta.

Acautelamos que qualquer alteração ao subsídio social de mobilidade não possa ser realizada sem um devido estudo, em benefício do interesse público, em benefício do povo açoriano, sem tetos de comparticipação e sem qualquer imposição de outras limitações à mobilidade. E exigimos a este Governo que entregue à Assembleia da República o relatório sobre os custos de reconstrução do nosso Hospital de São Miguel, que estão a ser aferidos por um grupo de trabalho, para percebermos ao certo de que obra se trata: se é uma obra de 50, de 100 ou de 200 milhões de euros, a ser paga pelo Governo da República a 85 %.

Por último, um desabafo e um aviso. Não posso, enquanto açoriano que sou, deixar de lamentar com o orgulho insular ferido, que a governação da AD dos Açores, de quatro anos, nos tenha sujeitado a uma aceitação de uma assistência financeira de emergência, através de medidas do Orçamento do Estado de mais de 225 milhões de euros, para que a região possa cumprir com os seus compromissos com fornecedores e com credores. Nada, infelizmente, que nos surpreenda, porque quando temos uma dívida pública regional de 3300 milhões de euros — repito, 3300 milhões de euros! —, 1000 milhões desta dívida foram contraídos nos últimos quatro anos de governação da AD.

Porém, nós sabemos que quem vai também beneficiar destes montantes — assim o esperamos — são os empresários, os agentes culturais e desportivos, as comunidades educativas, os agricultores e pescadores que não têm culpa da governação e de terem acedido e feito contratos com o Governo regional. Contudo, e para aviso: esta assistência financeira de emergência jamais poderá justificar, nem o PS aceitará, que alterações futuras na Lei de Finanças das Regiões Autónomas desresponsabilizem o Estado das suas obrigações e penalizem, fiscalmente ou de outra forma, o povo açoriano.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Coelho, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, na intervenção que aqui fiz, na discussão do Orçamento do Estado na generalidade, disse que este era um bom Orçamento para o País, mas não era ainda um bom Orçamento para a Região Autónoma da Madeira.

Referi também que, por muitos anos, os madeirenses esperavam por respostas, que nunca tiveram, do Partido Socialista. Agora, com a AD, com o Governo da AD, temos as respostas que esperámos...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — ... por mais de nove anos.

Aplausos do PSD.

E posso dar aqui alguns exemplos, desde logo uma transferência extraordinária de 50 milhões de euros — como sabemos, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas é uma lei injusta.

Por outro lado, também, a ligação marítima de passageiros entre a Madeira e o continente, que foi reprovada em anos anteriores e agora, pela primeira vez, é apresentada pela AD, pelo PSD e pelo CDS.

Na questão da Zona Franca, também se conseguiu agora a prorrogação por mais 12 anos, com efeitos até 2033.

E quanto ao hospital central universitário da Madeira — proposta apresentada em anos anteriores, sempre chumbada pelo Partido Socialista —, agora, com a AD, fica claro o compromisso de financiar em 50 % esse investimento não só regional, mas também nacional.

A questão do passe sub-23, que tem de ser financiado pelo Estado, foi apresentada em anos anteriores e o PS votava contra. Com a AD, o PSD e o CDS vão votar favoravelmente essa proposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Por fim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, na questão dos meios aéreos, tem de ser o Estado a suportar esse investimento. Em anos anteriores, vários Deputados do PSD/Madeira apresentaram essa proposta, e o PSD esteve sempre ao nosso lado; o PS — Deputados eleitos pela Madeira e PS no seu conjunto — esteve sempre contra a Madeira.

Foi preciso a AD governar Portugal para olhar para a Madeira de uma outra forma, com mais autonomia, com mais Portugal. Muito obrigado à liderança do Grupo Parlamentar, e acredito que agora o Orçamento também é bom para a Madeira.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Sofia Canha, do Partido Socialista. Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o PS, numa postura de responsabilidade, apresentou propostas essenciais para a Madeira, esperando que sejam viabilizadas pela AD, como parece acontecer, pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Coelho.

A assunção pelo Estado do financiamento do transporte marítimo regular de passageiros entre a ilha da Madeira e o continente português parece-nos da mais elementar justiça, já que o princípio da continuidade territorial e da coesão territorial devem ser assegurados pelo Estado e não se esgota no transporte aéreo, como deverão compreender, inclui também o transporte marítimo, mitigando alguns dos condicionalismos inerentes à condição ultraperiférica, o que potencia setores essenciais para as economias regionais.

Na linha da continuidade territorial, a Madeira precisa urgentemente de um plano de contingência integrado para o Aeroporto Internacional da Madeira, para a minimização das vulnerabilidades climáticas do aeroporto internacional, aumentando a diversidade e a abrangência das ligações que servem a região.

Trazemos também à especialidade uma proposta para o reforço dos meios aéreos de combate a incêndios rurais da RAM (Região Autónoma da Madeira). A este respeito, a gestão dos meios aéreos centralizada na Força Aérea compete ao Estado português, mais concretamente à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, em articulação com a Força Aérea. Dadas as vulnerabilidades inerentes pela orografia da ilha, os meios aéreos são essenciais para um combate complementar onde os meios terrestres não chegam.

O PS propõe, ainda, a prorrogação do período de novas licenças relativas aos auxílios estatais ao Centro Internacional de Negócios da Madeira até 2026, conforme o regulamento da União Europeia que determinou a prorrogação do período até 31 de dezembro de 2026.

Mas trago à colação uma proposta que a AD trouxe à discussão, na especialidade, para o pagamento de uma dívida da Região Autónoma da Madeira, que o PSD/Madeira não consegue pagar. Recordemos a situação em que o Governo liderado por Alberto João Jardim deixou a Madeira, sob o jugo de um programa de ajustamento económico e financeiro que empobreceu ainda mais os madeirenses: uma dívida, parte dela escondida, de 6300 milhões, feita por um Governo esbanjador e irresponsável. Mas quem tem de pagar a desastrosa gestão são os contribuintes portugueses, e os madeirenses em particular, que sentiram na pele a dupla austeridade.

A dívida da Madeira e o empréstimo de 1500 milhões de euros ao Estado obrigou milhares de pessoas em idade ativa a emigrar, lançou muitos trabalhadores no desemprego e levou a que muitas famílias perdessem as suas casas por incumprimento aos bancos.

O PIB da Madeira tem crescido, mas, ainda assim, dada a dívida colossal que os madeirenses carregam aos ombros, o PSD/Madeira não conseguiu repor os impostos a patamares anteriores a 2012. Dizem-se muito autonomistas, mas criam dependências para outros pagarem. Isto é, são 50 milhões de euros que vão para a Madeira, mas que não chegam aos madeirenses. É dinheiro para pagar dívida criada pelo Governo do PSD/Madeira.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, na intervenção de há pouco do Sr. Deputado Francisco César, nós vimos o impensável: o Sr. Deputado Francisco César, que já não se encontra na Sala,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já foi almoçar!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... disse, com ingratidão e com esquecimento, e exigiu aquilo que o Partido Socialista, em oito anos, não fez pelos Açores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Uma lata!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É preciso ter falta de vergonha! E mais: este Governo da AD, em três meses, transferiu 140 milhões de euros para os Açores para resolver o problema do Hospital de Ponta Delgada, para resolver o problema do furacão Lorenzo, para resolver aquilo que os senhores, propositadamente, nunca resolveram. É preciso ter falta de vergonha!

Protestos de Deputados do PS.

E é este Governo da AD que dá 70 milhões de euros aos Açores. Não tinha obrigação, mas dá porque percebe que é necessário aliviar a dívida para fazer investimento.

Em plena pandemia, o Governo de António Costa retirou 20 milhões de euros aos Açores. Porque, de facto, cumprindo a lei de finanças regionais, os Açores ficavam com menos 20 milhões de euros. É esta solidariedade, é esta visão patriótica que o PS nunca teve e que a AD tem.

Vozes do PSD: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E quero aqui dizer também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que é lamentável ouvir o Partido Socialista falar em plano de emergência. Ó Srs. Deputados, em 2012, o Partido Socialista, em surdina, estabeleceu um plano de resgate dos Açores — em surdina! — de 185 milhões de euros. E mais, tenho aqui o documento e vou-vos dar uma novidade, uma notícia:...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... sabem quem assina o documento? É o Sr. Deputado Sérgio Ávila, à data Vice-Presidente do Governo e Secretário-Geral das Finanças, e o líder parlamentar do PS/Açores era o Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora estão juntos outra vez, mas é a almoçar!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eram eles que, em surdina, obrigavam ao impensável no tempo das juntas gerais, que era os orçamentos dos Açores virem primeiro ao Ministro das Finanças receber o OK, antes de entrarem na Assembleia Legislativa dos Açores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nem no tempo da Junta Geral isso acontecia! Foram os senhores que puseram a autonomia dos joelhos, que humilharam a autonomia pela vossa mão, em surdina, em segredo, e agora não têm vergonha de vir dizer que esta ajuda é aquilo que não é. Na hora da verdade, não têm a coragem e a hombridade de estar na Sala para me ouvirem e vão almoçar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos à proposta [176-C](#), do Bloco de Esquerda, de aditamento de um artigo 120.º-A — Investimento sustentado na resposta à violência doméstica e de género.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, não sei se sabem qual é o crime que mais mata em Portugal, e não estou a falar de perceções de criminalidade, nem de perceções de segurança, estou a falar, efetivamente, de números de vidas perdidas, de vidas destruídas. O crime que mais mata em Portugal é a violência doméstica, é a violência de género.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não é de género, é contra as mulheres! É diferente!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — No entanto, a operação Portugal Seguro não age sobre o crime que mais mata em Portugal, a operação Portugal Seguro age sobre perceções de criminalidade.

O PSD, e o Sr. Primeiro-Ministro na intervenção que ontem fez a propósito do dia de combate à violência de género, desvaloriza os números realmente existentes da violência doméstica, na mesma medida em que age sobre perceções de segurança.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é importante demais para esses disparates!

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Faz megaoperações sobre perceções de segurança, em que mobiliza divisões e divisões da PSP (Polícia de Segurança Pública), núcleos da PSP, a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade para as Condições de Trabalho, a Segurança Social, milhares de pessoas, funcionários do Estado empenhados em combater perceções de segurança.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A única coisa que se pede é que utilizem 10 % deste empenho do Estado para aprovar estas propostas e agir sobre a realidade da criminalidade em Portugal, que é a violência contra as mulheres e o feminicídio; que aprove as propostas que o Bloco de Esquerda aqui traz sobre secções especializadas de combate à violência doméstica, sobre apoio à rede de apoio das vítimas de violência doméstica. Aprove as medidas que o Bloco de Esquerda aqui traz, e mais uma vez insistimos no combate à violência doméstica porque, esse sim, é um problema de segurança grave em Portugal.

Aplausos do BE e do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Pergunto ao Sr. Deputado José Soeiro se, por acaso, quer juntar as intervenções sobre os artigos 120.º-A e 120.º-C, uma vez que são seguidas.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, se me vai dar a palavra duas vezes, então, sim.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A ideia é essa, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cerca de 1 em cada 10 trabalhadores portugueses vive em situação de pobreza. E se esta situação nos ofende, se ofende a dignidade de quem a vive, se a pobreza é sempre uma violação dos direitos humanos, a circunstância de alguém trabalhar, receber um salário e, ainda assim, permanecer numa condição de pobreza é absolutamente inaceitável.

Sabemos que o salário mínimo nacional é uma das respostas para este problema. Não é a única resposta que temos para a economia da desigualdade e para a economia da exploração, mas no salário mínimo podemos ir muito além daquilo que o Governo propõe.

Basta dizer que, só neste ano de 2024, aqui ao lado, em Espanha, o salário mínimo é de 1134 €. Não propomos para 2025, sequer, o valor que Espanha tem em 2024, mas temos condições para, em 2025, ter um salário mínimo de 1000 €, começando com 950 € de salário mínimo em janeiro e 1000 € a partir de julho.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Ah! É em tudo igual a Espanha!...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — É possível, é necessário, é uma medida de justiça e também de combate à pobreza assalariada.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Por outro lado, é sabido que em Portugal se trabalham horas a mais, e é uma falácia a ideia de que se trabalharmos muito mais horas vamos ser produtivos. Não é assim que funciona, não é assim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois não...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Também concordo!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Aliás, há muitos anos que em Portugal não se reduz o período normal de trabalho. Há cerca de 30 anos que não se mexe no período normal de trabalho, desde que em 1996 — depois consagrado em 1998 — se passou para as 40 horas semanais.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Baixaram para as 35!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Ora, precisamos de baixar o período normal de trabalho e de valorizar experiências como a semana de quatro dias,

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem...!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... que foi testada em mais de 40 empresas, abrangendo mais de 1000 trabalhadores,...

Protestos de Deputados do CH.

... e provou que é possível, ao mesmo tempo: reduzir o tempo de trabalho, aumentar a produtividade, melhorar o bem-estar e ter uma política de salvaguarda e de libertação do tempo para os trabalhadores que é positiva para a sociedade, é positiva para a economia e é positiva para quem trabalha.

E é também sobre isto, precisamente, que incide a nossa proposta: reduzir o período normal de trabalho e continuar a experimentar e a expandir a experiência da semana de quatro dias.

Aplausos do BE.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E ainda vos vão buscar a casa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento por parte da Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Soeiro, a redução do horário de trabalho é essencial para a nossa qualidade de vida e é muito importante conseguirmos caminhar para uma semana de quatro dias.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai trabalhar, que faz falta!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sabemos que temos esta luta em comum.

Portanto, queria perguntar-lhe: porque é que acha que o Governo tem tanta dificuldade em querer continuar a experimentação da semana de quatro dias, tanto no setor público como no setor privado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é boa!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas agora o Deputado fala pelo Governo?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É porque são maus e não querem o bem das pessoas! Deve ser!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados...! Estamos quase a acabar, não atrasem. Sr. Deputado José Soeiro, tem a palavra para responder.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr.^a Deputada, só há uma resposta: por preconceito ideológico.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Os dados conhecidos do projeto-piloto só apontam aspetos positivos nessa experiência, portanto, continuar e expandir essa experiência seria o normal, não fosse isso barrado e bloqueado por mero preconceito ideológico.

Aplausos do BE.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos à discussão do artigo 121.º — Missões de proteção civil e formação de bombeiros.

No âmbito deste artigo, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, antes de mais, sejam bem-vindos à Casa da democracia todos aqueles que ontem fugiram cobardemente...

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — ... numa cerimónia de celebração da democracia. Sejam bem-vindos!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Bem-vindos de volta!

Protestos do Deputado do PCP António Filipe e contraprotestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, desde que entrou em vigor a Lei n.º 94/2015, a lei que regula o financiamento das associações humanitárias de bombeiros, estas associações estão em clara e acentuada quebra de rentabilidade, tendo hoje um défice acumulado de quase 2 milhões de euros porque os custos operacionais a isso obrigam.

O orçamento de referência a que se refere o n.º 2 é superior a 36 milhões, e não de 34,8 milhões, como consta, pelo que propomos a alteração e correção desse valor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Por outro lado, o Fundo de Proteção Social do Bombeiro está em constante subfinanciamento porque os 3 % do orçamento de referência atribuído são manifestamente insuficientes. Como tal, propomos que passe para os 5 % — de 3 % para 5 %.

Por último, que sentido faz a redução em 50% das variáveis de cálculo de financiamento, estipulada quando as associações de bombeiros atuam em áreas em que também atuam os bombeiros municipais ou os sapadores? Isto é uma injustiça e uma desigualdade inaceitável entre instituições.

Propomos, como tal, a eliminação desta discriminação negativa, que tanto afeta as contas destas associações, mas não afeta o valor do orçamento de referência, e como tal não afeta e não tem impacto orçamental.

Termino com uma frase, e convido-vos a adivinhar quem a profere: «O heroísmo e altruísmo dos bombeiros são um farol de esperança e uma inspiração para todos.» Estas palavras são do Primeiro-Ministro! Por isso, caros Deputados, inspirem-se, tenham coragem, dignifiquem esta Casa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — ... e respeitem de uma vez por todas os bombeiros portugueses.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Nós cá ficaremos à espera de ser esse garante para os bombeiros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos agora discutir um artigo 121.º-A — Criação da carreira dos bombeiros que integram de forma profissional os quadros de pessoal dos corpos de bombeiros das Associações de Bombeiros Voluntários (ABV).

A intervenção fica a cargo do Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, a presente proposta de aditamento prossegue o objetivo do XXIV Governo Constitucional em valorizar os bombeiros voluntários, sabendo que o nosso País assenta numa cultura secular de regime de voluntariado.

As associações humanitárias de bombeiros voluntários contam, nas suas fileiras, com valiosos homens e mulheres que tiveram a coragem abnegada de escolher ser bombeiros além das suas profissões, dedicando a essa escolha grande parte do seu tempo, em detrimento da família e em prol da comunidade, arriscando não poucas vezes a própria vida. Temos bem presentes os incêndios que ocorreram em Portugal e as suas consequências, e temos bem presentes as palavras do chefe Rosinha, proferidas no dia 10 de junho.

Reconhecendo o défice legislativo do diploma legal que constitui o regime jurídico das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País — pois não prevê expressamente a atribuição desta pensão aos bombeiros que tenham adquirido incapacidade absoluta e permanente para o trabalho por

facto ocorrido no exercício e por causa das suas funções — e não se encontrando esta situação tão-pouco prevista no Estatuto Social do Bombeiro, afigura-se da maior justiça prever, em sede própria no Estatuto Social do Bombeiro, a atribuição da pensão de preço de sangue a estes profissionais sempre que resulte da sua atuação uma incapacidade absoluta e permanente para o trabalho, demonstrando o País, além de solidariedade, reconhecimento por aqueles que escolheram o lema «Vida por vida».

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, reconhecendo o seu papel determinante no sistema, o Governo tem como objetivo desenvolver a valorização dos bombeiros voluntários e profissionais, de modo a ser estruturada a carreira dos bombeiros voluntários dos quadros de pessoal dos corpos de bombeiros das associações humanitárias e a serem revistos e reforçados os benefícios e regalias dos bombeiros voluntários e, bem assim, a formação dos bombeiros voluntários e profissionais das associações humanitárias de bombeiros.

A criação do grupo de trabalho para o efeito pretende apostar na valorização dos bombeiros através de um processo de definição e clarificação das carreiras e respetiva valorização profissional, dignificando e impulsionando o voluntariado, bem como as adequadas motivações profissionais, procurando conferir uma maior atratividade às carreiras dos bombeiros profissionais e um maior estímulo aos bombeiros voluntários.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a dignificação dos bombeiros passa também pelo melhoramento das instalações onde estão sediados. Na grande maioria das vezes, as associações humanitárias dependem de apoios de terceiros, mormente câmaras municipais dos concelhos a que pertencem, para fazer obras estruturais nos seus edifícios.

Reconhecendo que muitas instalações onde estão quartéis de bombeiros apresentam ainda estruturas de fibrocimento, não cumprindo requisitos legais e podendo transformar-se em casos graves de saúde pública para quem os frequenta ou ali desempenha funções, e no intuito de valorizar o património das associações e dos corpos de bombeiros, impõe-se o reconhecimento do direito de as entidades detentoras dos corpos de bombeiros se candidatarem, durante o ano de 2025, ao Programa de Remoção de Amianto. Vamos agir, e não apenas com palavras.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Contarei com o vosso voto!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção sobre o aditamento de um artigo 123.º-A — Extinção das custas processuais, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Estado democrático está em falta para com o acesso à justiça. Avançámos na saúde pública, avançámos na escola pública, mas avançámos muito pouco na garantia do acesso à justiça, na medida em que a grande maioria dos portugueses não tem dinheiro para suportar os custos de um litígio judicial.

Daí que o PCP avance com a proposta de que haja uma eliminação tendencial das custas judiciais, a prazo de quatro anos, mas para que, no imediato, em 2025: nenhum trabalhador despedido que tenha de impugnar judicialmente o despedimento pague custas; nenhum sinistrado do trabalho que tenha de recorrer aos tribunais pague custas; e se avance decididamente, para já, na redução substancial das custas judiciais com o objetivo de que venham a ser tendencialmente eliminadas até daqui a quatro anos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção sobre a proposta 119-C, de aditamento de um artigo 126.º-A — Herança social, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, não há, efetivamente, maior condenação à pobreza do que a lotaria injusta que nos faz nascer numa família ou noutra, que não escolhemos, num local ou noutra, num bairro ou noutra — a lotaria do nascimento. É aquilo que mais determina o nosso destino, ainda antes de podermos tomar qualquer decisão acerca dele.

É, por isso, uma função do Estado, do Estado social, da comunidade politicamente organizada, poder ajudar toda a gente a concretizar pelo menos alguns dos seus sonhos, projetos e ambições. Não há ninguém, por mais pequeno que nasça, por mais difíceis as condições em que nasça que não deva ter o direito de, razoavelmente, poder querer sonhar em grande.

Erradicar a pobreza infantil é, desde logo, uma das formas de combater este estigma que pesa sobre quem nasce em condições que não são de recursos materiais amplos, e trabalhamos nisso com a apresentação da proposta de aumento do abono de família. Na outra ponta da vida, é preciso reforçar o complemento solidário para idosos e as pensões, e já falámos disso aqui hoje.

Mas e aquele momento em que estamos a tomar as decisões acerca da nossa entrada no mundo do trabalho, em que alguns têm mais recursos e outros não os têm? Para isso, seria importante existir um sistema de herança social, que pudesse partir de uma conta-poupança depositada à nascença e que, entre os 18 e os 35 anos, estivesse disponível para quando fosse preciso completar um ciclo de estudos, abrir um pequeno negócio, dar a entrada para uma casa ou comprar o material que é preciso para se ter uma profissão independente.

É por isso que instamos todos os grupos parlamentares a apoiarem a ideia de criação de uma herança social e a discuti-la, se necessário, com o Governo, nos seus detalhes mais específicos, para poder dar a oportunidade de toda a gente, entre os 18 e os 35 anos, ter aquilo que hoje em dia só alguns têm: uma herança, um pé-de-meia para todos, que lhes permita começar a vida.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Entramos agora na reta final do debate.

Para se pronunciar sobre a proposta 1967-C, do PS, de aditamento de um artigo 126.º-A — Programa de Valorização do Interior, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o interior não é uma prioridade neste Orçamento do Estado, e este debate orçamental vem confirmar isso mesmo — ou porque é ignorado ou porque há retrocessos para o interior.

Temos vários exemplos que assim o evidenciam. Desde logo, no arranque do debate orçamental, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua primeira intervenção, em 23 minutos, não dedicou 1 minuto ao interior. E, se isso foi grave, o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, que vinha apresentar a sua área governativa, também na sua intervenção inicial, não dedicou 30 segundos ao interior; mas, mais do que isso, não apresentou nem uma visão estratégica, nem uma medida estratégica para o interior. E é fácil de perceber, porque o próprio Orçamento do Estado nada revela a esse respeito.

Mas temos mais exemplos. No emprego, há um retrocesso das políticas ativas de emprego. Na justiça, depois de esta Casa ter aprovado um tribunal superior — o Tribunal Central Administrativo — para o interior, em Castelo Branco, e de estar na lei, a Sr.^a Ministra da Justiça diz que vai estudar, reavaliar, e coloca questões, dúvidas e reservas sobre essa decisão. E o Sr. Ministro das Infraestruturas vem dizer que a eliminação das ex-SCUT (sem custo para o utilizador) no interior é uma medida injusta, cara e errada, e até se propõe fazer um estudo a nível nacional sobre isso.

Perante esta omissão, esperava-se que a AD pudesse propor alguma coisa. A verdade é que a AD não propõe nada de estratégico neste processo orçamental para o interior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Por acaso, é verdade!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — E, portanto, o que estes factos revelam, por parte da AD e do Governo, é uma total indiferença para com o interior. É isto que revela este debate orçamental.

Mas o Partido Socialista continua a olhar para um Portugal inteiro, em que o interior não é esquecido, em que todas as geografias contam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não vale dizer mentiras a esta hora!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — E é por isso mesmo que, para além de denunciarmos e criticarmos este processo orçamental de indiferença para com o interior, fazemos uma proposta para que o Governo prossiga a implementação do Programa de Valorização do Interior, onde investimos mais de 6000 milhões de euros nos últimos anos, e que queremos que prossiga e que avance, em prol do interior, em prol de um País mais equilibrado, de um País mais justo.

Estamos em crer que este Parlamento vai aprovar essa proposta de valorização do interior e, depois, esperamos que o Governo a concretize, a bem de um País mais equilibrado e mais justo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Nuno Fazenda, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Fazenda, numa leitura atenta da proposta de Orçamento do Estado veria que o interior está bem presente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — O que não está presente são os oito anos em que o Sr. Deputado fez parte do Governo como Secretário de Estado, em que, das 1808 escolas encerradas, 1027 situavam-se no interior, e, dos 117 centros de saúde encerrados, 50 situavam-se no interior.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Que andou a fazer o PS nos últimos oito anos?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Nuno Fazenda.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, serei muito breve.

Bom, os números falam por si. Nos últimos oito anos, o Governo do Partido Socialista mobilizou mais de 6,6 mil milhões de euros para o investimento no interior. E, já agora, que foi invocada a minha condição de governante no último Governo, a verdade é que lançámos, pela primeira vez, uma Agenda do Turismo para o Interior, com mais de 200 milhões de euros, com projetos aprovados, concretizados e no terreno para apoiar o interior do País, para mobilizar e equilibrar. Esse é um facto, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de dar por terminada a sessão, vou passar a ler a ordem do dia de amanhã, com início às 10 horas: primeiro ponto, discussão de artigos remetidos a Plenário e normas avocadas; segundo ponto, votações; e, terceiro ponto, continuação do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

Está encerrada a sessão.

Muito boas tardes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e bom almoço, ainda que tardio.

Eram 14 horas e 40 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.